

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 25 julho/agosto 2004



***Juizado rodoviário
percorre onze cidades
da Bahia***



Composição do TRF-1ª Região

(desde 13 de agosto de 2004)

Plenário

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Tourinho Neto
Catão Alves
Jirair Aram Meguerian
Carlos Fernando Mathias
Olindo Menezes
Luciano Tolentino Amaral
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
Carlos Moreira Alves
I'talo Fioravanti Sabo Mendes

Carlos Olavo
Amilcar Machado
Antônio Ezequiel da Silva
Daniel Paes Ribeiro
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus
Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues
Maria do Carmo Cardoso
Leomar Barros Amorim de Sousa

Corte Especial

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Tourinho Neto
Catão Alves
Jirair Aram Meguerian
Carlos Fernando Mathias
Olindo Menezes
Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
Carlos Moreira Alves
I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Carlos Olavo
Amilcar Machado
Antônio Ezequiel da Silva
Daniel Paes Ribeiro
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

Conselho de Administração

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Tourinho Neto
Jirair Aram Meguerian
Olindo Menezes
Antônio Ezequiel da Silva
Daniel Paes Ribeiro
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

1ª SEÇÃO

Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente
Jirair Aram Meguerian
Carlos Moreira Alves
Amilcar Machado
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Antônio Sávio de Oliveira Chaves

1ª TURMA

Desembargadores Federais

Luiz Gonzaga Barbosa – Presidente
Amilcar Machado
Antônio Sávio de Oliveira Chaves

2ª TURMA

Desembargadores Federais

Jirair Aram Meguerian – Presidente
Carlos Moreira Alves

2ª SEÇÃO

Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente
Tourinho Neto
Olindo Menezes
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Carlos Olavo

3ª TURMA

Desembargadores Federais

Olindo Menezes – Presidente
Tourinho Neto
Cândido Ribeiro

4ª TURMA

Desembargadores Federais

I'talo Fioravanti Sabo Mendes – Presidente
Hilton Queiroz
Carlos Olavo

3ª SEÇÃO

Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente
Daniel Paes Ribeiro
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus
Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

5ª TURMA

Desembargadores Federais

João Batista Moreira – Presidente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus

6ª TURMA

Desembargadores Federais

Antônio Souza Prudente – Presidente
Daniel Paes Ribeiro
Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

4ª SEÇÃO

Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente
Catão Alves
Carlos Fernando Mathias
Luciano Tolentino Amaral
Antônio Ezequiel da Silva
Maria do Carmo Cardoso
Leomar Barros Amorim de Sousa

7ª TURMA

Desembargadores Federais

Luciano Tolentino Amaral – Presidente
Catão Alves
Antônio Ezequiel da Silva

8ª TURMA

Desembargadores Federais

Maria do Carmo Cardoso – Presidente
Carlos Fernando Mathias
Leomar Barros Amorim de Sousa

Mês de julho, mês de muito trabalho

Engana-se quem pensa que o mês de julho é período de férias no TRF-1ª Região. A Turma Especial de Férias mostrou, mais uma vez, a importância do trabalho realizado para julgar os processos que não poderiam deixar de ser apreciados para não se provocar a perda do direito das partes envolvidas.

O mês de julho também foi de intensas atividades para os JEFs. Na busca constante do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, os Juizados Especiais Federais da 1ª Região fizeram mais uma jornada pelo interior do País. Dessa vez, onze municípios baianos receberam as carretas da cidadania, que deram oportunidade à população carente e com dificuldade de acesso aos grandes centros de resolverem de forma simplificada seus problemas na Justiça Federal.

Também pensando em aprimorar os serviços prestados, os diretores de foro e coordenadores de subseções participaram, na nova sede da Esmaf, do Primeiro Curso de Treinamento e Atualização. Foram quatro dias de palestras, trocas de experiências e esclarecimentos de dúvidas.

Para somar esforços, o TRF tem novo diretor-geral. Com atuações no STJ, TST, TRE/DF e CJF, Rubens Murga chega à Casa com experiência e entusiasmo para manter o bom funcionamento dos serviços do Tribunal.

Boa Leitura!

As Editoras
destaque@trf1.gov.br

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assuete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

DIRETOR-GERAL

Rubens Murga

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Márcia Barroso,

Marília Maciel e Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, Camila Santana,

Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandenei Machado, Bruno

Almeida e Whashington Cardoso

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social –

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

Sumário



8

Esmaf realiza primeiro treinamento de diretores de foro e coordenadores de subseções



6

Conheça o novo diretor-geral do Tribunal



13

Desembargador Federal passa a integrar o TRE/DF



16

Turma Especial de Férias julga processos urgentes

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br /

destaque@trf1.gov.br /

radio@trf1.gov.br /

tv@trf1.gov.br

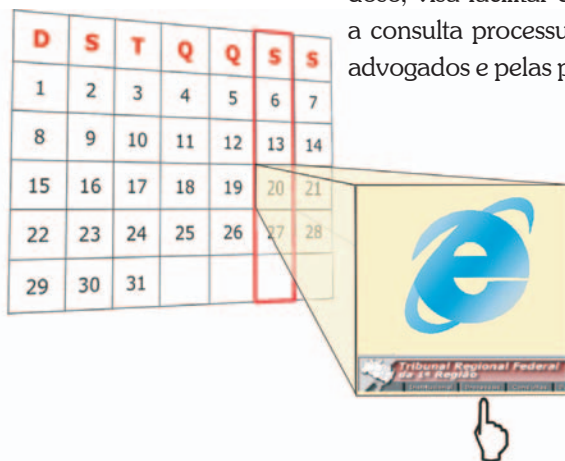
PCTT 066.02.002-C



Notas

Consulta à data de julgamentos

A Oitava Turma está disponibilizando na Internet, por meio do link “processos”, a data de julgamento dos processos que serão levados em mesa, ou seja, aqueles que independem de inclusão em pauta. Segundo o regimento interno do Tribunal e legislação específica, os processos que se enquadram nessa condição são os seguintes: embargos de declaração, agravo regimental, processos adiados de pautas anteriores e processos com pedido de vista. A Oitava Turma disponibilizará a relação de tais processos sempre às sextas-feiras anteriores aos dias de sessão da semana seguinte. Para consultar se o processo será ou não levado em mesa, o interessado deve acessar, na página do TRF da 1ª Região, o link “acompanhamento processual”, em “processos”, e digitar o número do processo. Com essa iniciativa, a Presidente da Oitava Turma, Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, visa facilitar e agilizar a consulta processual pelos advogados e pelas partes.



Faleceu Hermenito Dourado



O Desembargador Federal aposentado Hermenito Dourado faleceu em acidente rodoviário ocorrido dia 22 de agosto, nas proximidades de Bom Jesus da Lapa/BA. O Desembargador Federal Hermenito Dourado tinha 80 anos, era baiano e estava aposentado desde 7 de junho de 1994. Em 30 de março de 1989 foi empossado no

TRF da 1ª Região, onde exerceu a função de presidente no período de 30 de março de 1993 a 6 de junho de 1994.

O sepultamento aconteceu no dia seguinte, 24, às 18h, no cemitério Campo da Esperança, em Brasília. Estiveram presentes amigos, familiares, magistrados e servidores do Tribunal.

Com grande pesar, o Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira assinou, no dia 23 de agosto, nota em que lamentou profundamente a perda do magistrado e portaria – Presi/1104-431 – declarando luto oficial por três dias no Tribunal Regional Federal, Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região.

A missa de sétimo dia ocorreu no sábado, 28, na Igreja Nossa Senhora do Lago, onde mais uma vez os feitos heróicos de Hermenito foram lembrados por seus entes queridos.

Reunião do Conselho da Justiça Federal em São Luís/MA

O Conselho da Justiça Federal aprovou, na manhã do dia 6 de agosto, a proposta orçamentária da Justiça Federal de 1º e de 2º graus e da Secretaria do CJF para o exercício 2005. A reunião aconteceu em São Luís, no Maranhão, e contou com a presença do Senador da República pelo PFL, Edson Lobão, e do Secretário de Articulação e Reforma do Judiciário (representante do Ministério da Justiça), Sérgio Renault, além dos membros do CJF, entre os quais, o Presidente do TRF da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima.

Em relação ao ano anterior, a proposta orçamentária obteve um acréscimo de 20,92% e inclui verba para a instalação e manutenção de 123 varas federais em 2005, distribuídas conforme o cronograma (abril – 10, maio – 10, junho – 10, julho – 10, agosto – 20, setembro – 20, outubro – 20, novembro – 23) com base no qual cada TRF deverá definir cronograma próprio para a instalação. Para a Primeira Região, foram destinados R\$ 880.565.021, sendo R\$694.061.357, para despesas com pessoal; R\$163.403.664, para atividades; e R\$23.100.000, para projetos. Outros pontos da pauta foram custas judiciais da Justiça Federal (confira na página 14) e a solenidade de doação do terreno que irá abrigar a Cidade do Judiciário, em Caxias/MA, projeto idealizado pelo Presidente do CJF e do STJ, Ministro Edson Vidigal. A área, equivalente a 26 hectares, abrigará, além de representações das Justças Federal, Estadual, do Trabalho e Eleitoral, os outros órgãos ligados ao Judiciário, tais como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Defensoria Pública.



Autoridades reunidas no Conselho da Justiça Federal em São Luís do Maranhão

Presidente festeja seu aniversário em grande estilo

Com o intuito de homenagear o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, em decorrência da passagem de seu aniversário, foi realizada uma bela festa no dia 04 de agosto, no *hall* do Plenário. Para decorar o local de realização do evento foram utilizados enfeites que lembram a Bahia, o estado natal dele.

O Vice-Presidente Mário César Ribeiro falou ao homenageado em nome dos presentes e de todos que compõem a Primeira Região. Também estiveram na comemoração o Ministro do STJ José Cândido de Carvalho, a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, desembargadores federais, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor-Geral Alcides Diniz, o Sub-Chefe da Casa Civil, José Antonio Dias Toffoli, juízes federais de diversos estados; entre eles, a Diretora do Foro da Seccional da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva Castro, dirigentes, servidores, prestadores de serviços e estagiários da Casa e amigos.

Os servidores – representados por Sandra Magalhães, do gabinete da Presidência – ofereceram ao homenageado uma pasta em couro especial. Os presentes assistiram à apresentação do grupo Capoeira Brasileira ocorrida durante o evento e deliciaram-se de iguarias típicas da Bahia, como o acarajé, que, preparado na hora, agradou a todos.

O Presidente agradeceu a todos e ressaltou a presença de convidados de outros estados e declarou considerar os que ali estavam amigos sinceros, afirmando: “Uma homenagem como essa tem significado muito especial para mim. Nada melhor que celebrar com os amigos!”. Finalizou falando da nobre causa de servir à justiça com fiel compromisso à casa que hoje serve, lembrando com orgulho do atendimento aos semelhantes nas tarefas dos Juizados Federais itinerantes.



A baiana Dona Cleuza preparou os acarajés



Equipe Capoeira Brasileira e o aniversariante



O bolo imitava o Farol da Barra em Salvador/BA



Autoridades atentas aos agradecimentos do aniversariante



Rubens Murga, Diretor-Geral do TRF-1ª Região

Metas de uma administração

Por Lucimar de Melo

Rubens Luiz Murga da Silva chega ao TRF-1ª Região com experiência de mais de treze anos em outras cortes do Poder Judiciário: STJ, TST e TRE/DF; além de ter sido Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal de abril de 2000 a março de 2004.

O novo Diretor-Geral do Tribunal, que é Bacharel em Direito e também possui formação em Ciências Contábeis e Engenharia elétrica, nos fala das metas à frente da nova função, o que pensa do Pro-Social, sobre o apoio ao PGQVT e a outros projetos em desenvolvimento na Casa. Além disso, dá a dica do que seja o desafio de administrar.

Com experiência de mais de treze anos como servidor do Poder Judiciário, quais são suas principais metas à frente da Diretoria-Geral do TRF-1ª Região? E com relação às seções judiciárias e subseções?

Bem, não podia ser diferente. A meta é contribuir para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, evidentemente de maneira consentânea com as prioridades estabelecidas pelo Desembargador Presidente Aloísio Palmeira. Assim, a grande meta da administração é a interiorização da Justiça Federal da 1ª Região por meio da implantação das varas criadas pela lei n. 10.772/2003, algumas das quais atuam também como Juizados Especiais Federais.

Existem projetos em andamento, visando à reestruturação do Tribunal e das Seções Judiciárias. A carência de pessoal no TRF da 1ª Região é grande, basta ver o grande número de estagiários e prestadores

de serviço. Nas seções judiciárias não é diferente, situação que se agravou com a implantação dos JEFs, sem que lhes fosse garantido o devido quadro de pessoal.

Como poderá cada servidor contribuir para a realização das atividades do novo diretor-geral e quais serão exatamente essas atividades?

Esta pergunta está ligada à anterior. A enorme carência de pessoal e os desafios que se apresentam – implantação dos JEFs e Varas Federais –, em um contexto em que a sociedade está a exigir o aperfeiçoamento na prestação jurisdicional, exigirão dedicação e comprometimento com metas a serem alcançadas.

A Reforma do Judiciário foi aprovada em primeiro turno, de que maneira ela poderá atingir a área administrativa dos órgãos jurisdicionais?

Diria que a criação do Conselho Nacio-

nal de Justiça certamente implicará medidas que atingirão as áreas administrativas dos órgãos jurisdicionais. Não se sabe ainda exatamente como será a atuação desse conselho, mas o projeto atribui a ele o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes. Seguramente surgirão novas demandas nas áreas administrativas dos órgãos jurisdicionais para atender àquele que será, digamos, o órgão máximo de fiscalização do Poder Judiciário.

O Pro-Social passou por cálculos atuariais, a fim de que fosse adequado à realidade econômica do País. Como o Senhor pretende trabalhar para ajudar na busca desse equilíbrio?

O Pro-Social é seguramente um dos melhores ou o melhor programa de assistência médica de servidores públicos. Ocorre que insuficiências orçamentárias têm

trazido dificuldades financeiras para o programa. Por isso mesmo é que foram feitos esses cálculos atuariais, para que se pudesse chegar a uma equação que permitisse o equilíbrio do programa. Agora, é preciso que todos se lembrem de que o Pro-Social só tem duas fontes de receita, o orçamento da União destinado à assistência médica e odontológica e os recursos próprios dos servidores. Assim, quando o orçamento for insuficiente - não há outra alternativa - os servidores terão que contribuir com um pouco mais, se for o caso.

No Tribunal há um comitê que gerencia o Programa de Qualidade de Vida, assim como nas seccionais e subseções, com ações que visam proporcionar mais saúde e bem-estar aos servidores e magistrados. Como o novo diretor-geral irá colaborar com esse trabalho?

Sem dúvida, apoiando essas iniciativas. Muitos de nós passamos a maior parte do dia no trabalho. Então, não há como não ter uma boa qualidade de vida no trabalho; aliás, o trabalho é meio de vida, e não meio de morte.

O que o Senhor entende ser uma boa administração para um órgão?

Bom, entendo que um órgão é bem administrado quando ele atinge suas finalidades maiores. E a nossa finalidade é uma, a prestação jurisdicional de qualidade. Atingindo tal meta, estaremos tendo uma boa administração. Evidentemente que isso só se consegue com um somatório de atitudes que vão desde o entrosamento de equipes, um bom ambiente de trabalho, disponibilização de recursos humanos e de materiais necessários para execução de trabalhos, enfim, existe uma série de medidas que têm que ser adotadas para que a organização cumpra com sua missão. Resumindo, eu só entendo ser uma

organização bem administrada quando ela cumpre seus objetivos.

Enquanto Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal o Senhor apoiou projetos como a criação do Via Legal e do Centro de Produção de Programas. Qual é a importância de apoiar projetos de divulgação dos trabalhos do Poder Judiciário, como o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística do TRF?

Todos os planos que forem apresentados no sentido de melhor divulgar os trabalhos do TRF-1ª Região e respectivas seções judiciárias terão total apoio. O Poder Judiciário, na verdade, ainda é um ilustre desconhecido do cidadão. Um bom exemplo disso é a demanda nos Juizados Especiais Federais, que vem aumentando à medida que os Juizados vão se tornando mais conhecidos. O Poder Judiciário foi de certa maneira, durante muitos anos, um poder muito hermético, fechado, que não se apresentava ao grande público, ao cidadão comum, aquele cidadão que mora em sertões, em locais mais distantes do País. A criação do programa Via Legal e do Centro de Produções de Programas, a divulgação de trabalhos do Poder Judiciário, é importantíssima; o cidadão precisa saber quais são os seus direitos. Na verdade, o Poder Judiciário é a última esperança do cidadão para a solução de seus eventuais conflitos, por isso ele tem que conhecer bem o Judiciário, ainda mais o Poder Judiciário federal. O cidadão comum conhece muito a Justiça do Trabalho, mas o Poder Judiciário federal ainda é um órgão razoavelmente desconhecido do cidadão.

O que magistrados, servidores, es-



“...entendo que um órgão é bem administrado quando ele atinge suas finalidades maiores. E a nossa finalidade é uma, a prestação jurisdicional de qualidade. Atingindo tal meta, estaremos tendo uma boa administração.”

tagiários e prestadores de serviço podem esperar do novo diretor-geral?

Trabalho e comprometimento com o Tribunal e seções judiciárias; dedicação exclusiva. É um grande desafio trabalhar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. É um grande desafio, mas também uma grande honra.

Esmaf realiza encontro para diretores de foro e dirigentes da área administrativa



Instrutores e dirigentes da área administrativa das Seções e Subseções

De 23 a 26 de junho, os Diretores de Foro, Coordenadores de Subseções e Diretores das Secretarias Administrativas da 1ª Região participaram, na nova sede da Esmaf, em Brasília, do Primeiro Curso de Treinamento e Atualização. Durante três dias, os dirigentes tiveram a oportunidade de estar em contato com várias áreas do Tribunal para esclarecer dúvidas e trocar experiências, em busca do aperfeiçoamento das atividades realizadas nas seccionais.

Na abertura do evento, o Diretor da Esmaf, Desembargador Federal Jirair Meguerian, ressaltou a importância do treinamento, não só para os juízes diretores de Foro, mas também para os servidores que são diretores das secretarias administrativas de cada seção judiciária. “É necessário que o juiz diretor do Foro conheça

melhor a matéria que não está relacionada com as funções normais de um juiz, mas que são importantes, já que é ele quem administra, faz os pagamentos e coordena as despesas da seccional”, afirmou. O magistrado ainda manifestou o desejo de que os resultados do curso piloto efetivem anualmente futuros encontros. Na ocasião, estiveram presentes a Presidenta da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado, o Diretor-Geral Alcides Diniz e o Subprocurador-Geral do Ministério Público no TCU, Paulo Soares Bugarin.

Durante todo o evento, os participantes ouviram atentos as explicações de servidores de várias secretarias do Tribunal e a palestra da Corregedora-Geral, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, que falou sobre a corregedoria e as

atividades das secretarias e dos núcleos judiciários. A magistrada ressaltou que a corregedoria está aberta ao diálogo com os juízes federais de 1ª instância. O curso contou ainda com a participação do Subprocurador-Geral do Ministério Público no TCU, Paulo Soares Bugarin, que proferiu a palestra “O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União”.

Ao final do encontro, os diretores de foro, coordenadores de subseções e servidores participaram de reunião para discussão de assuntos diversos e esclarecimentos de dúvidas. Confira abaixo um resumo do que foi apresentado durante o I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções da Primeira Região.



Magistrados da 1ª Região e instrutores na sede da Esmaf

1º dia

➔ Planejamento, Gerenciamento e Política de Recursos Humanos

O diretor da Secre, Alex Amorim, e o diretor da divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos, José Carlos Viana, abordaram, entre outros pontos, a competência, em recursos humanos, do Presidente e dos Diretores dos Foros, a capacitação dos servidores, além de esclarecerem várias dúvidas da área.

➔ Estrutura Administrativa do TRF-1ª Região e das Seccionais

O Diretor-Geral Alcides Diniz mostrou uma visão prática da dinâmica organizacional da Justiça Federal e frisou a necessidade de planejamento para o bom funcionamento da estrutura administrativa.

➔ Estrutura Atual da Secretaria de Informática

O diretor da Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, da Secin, Lúcio Melre, falou sobre a importância da Informática para o desenvolvimento das atividades da área meio e fim e sobre projetos e propostas futuras que estão sendo desenvolvidos pela Secin.



Diretor-Geral Alcides Diniz; Subprocurador-Geral do Ministério Público no TCU, Paulo Soares Bugarin; Diretor da Esmaf, Jirair Aram Meguerian, e Presidenta da Ajufer, Solange Salgado

2º dia

➔ O planejamento e a administração orçamentária no âmbito do TRF-1ª Região e das Seções Judiciárias

A palestra foi ministrada pelo diretor da Secor, Carlos Frederico Maia Bezerra, e pela diretoria da Divisão de Avaliação de Resultados e Informações Gerenciais, Sandra Lúcia Bicas Rocha, que apresentaram as etapas do processo de elaboração da proposta orçamentária na Justiça Federal, além de abordar o planejamento e o orçamento no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

➔ Secretaria de Controle Interno

O diretor da Divisão de Verificação e Análise, da Secoi, Marcos de Oliveira Dias, e o diretor da Divisão de Auditoria, Marcus Vinicius Ribeiro, explicaram aos presentes a estrutura e o funcionamento da Secretaria. Também foi apresentada a página da Secoi na Intranet, importante instrumento para troca de informações e consultas com os 14 setores de controle interno da 1ª Região.

➔ O controle externo exercido pelo TCU

O Subprocurador-Geral do Ministério Público no TCU, Paulo Soares Bugarin, abordou três tópicos principais: a configuração material e o perfil institucional do TCU na Constituição Federal; as principais funções do TCU na atual ordem constitucional e algumas decisões recentes relevantes do órgão em matérias que usualmente são enfrentadas por aqueles que gerem recursos públicos.

➔ Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho no TRF-1ª Região e Seccionais

As ações e estratégias do PGQVT foram expostas pela coordenadora do programa e diretora da Divisão de Programas e Benefícios, da Secbe, Ruth Maria Cruz Vaz.



Magistrados e servidores atentos às explicações dos instrutores



Corregedora-Geral Assusete Magalhães falou sobre o trabalho desempenhado pela Corregedoria-Geral do TRF-1ª Região



Diretor da Esmaf Jirair Aram Meguerian ressaltou a importância do treinamento para juízes e servidores



Participantes na abertura do evento

3º dia

➔ **Abordagem prática da Secretaria de Administração no encontro**

A palestra abordou várias áreas da Secad. O diretor da Secad, Washington Luiz Ribeiro Silva, explicou formas para a realização de uma boa administração, enfrentando-se as dificuldades orçamentárias. Já a diretora da Divisão de Contratos, Neuza Maria Ortiz, mostrou que o uso de procedimentos simples, adotado pela Secretaria, proporcionou ao Tribunal grande economia de recursos. A diretora ainda ressaltou a importância da atuação atenta dos executores de contrato e apresentou a publicação Manual do Executor de Contratos. O diretor da Divisão de Compras, Paulo Monteiro Mola, mostrou o que é e como funciona o Siasg, entre outros sistemas utilizados, além de haver abordado as modalidades de pregão presencial e eletrônico. Por fim, o diretor da divisão de engenharia, Luiz Otávio Campello Montezuma, e o encarregado do setor de obras e manutenção de instalações, José Murilo Cruz Brito, falaram sobre projeto básico para a área.

➔ **Pro-Social – Dinâmica e Importância**

A diretora da Secbe, Sônia Maria Garcez Teixeira, e o diretor da Divisão Administrativa e Financeira da Secbe, Luiz Antônio Guerra Conceição Silva, expuseram aos presentes o funcionamento e a operacionalização do Pro-Social.

➔ **A comunicação social no TRF-1ª Região**

A chefe da Ascom, Etiene Gomes, apresentou as atividades desenvolvidas pela Ascom, como os informativos impressos, a produção de notícias para o site do Tribunal, a produção de programas para a Rádio e para a TV Justiça e o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística. Também foi apresentado um vídeo institucional.

➔ **Representação Oficial e Cerimonial**

A chefe da Asrep, Andréa Ghisi, falou sobre a estrutura e as atribuições da Assessoria de Representação e Programação Social, além das normas de cerimonial público.

➔ **A Corregedoria do TRF-1ª Região e as atividades das Secretarias e dos Núcleos Judiciários–**

A Corregedora-Geral, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, abordou, entre outros tópicos, as funções da Corregedoria. A magistrada explicou que, além das atividades de correição, a corregedoria está priorizando as funções preventivas e orientadoras, na busca do aprimoramento da prestação dos serviços judiciários.

Esmaf é sede de encontro preparatório para as próximas eleições



Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Coordenador-Geral da Justiça Eleitoral, Peçanha Martins, e o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ari Pargendler

Nos dias 18 e 19 de junho, a nova sede da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, Esmaf, recebeu mais um evento da Justiça Federal. O encontro de juízes federais que atuarão nas próximas eleições foi promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), pela Esmaf e pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Os magistrados tiveram a oportunidade de se reciclar e atualizarem seus conhecimentos sobre o Direito Eleitoral.

O evento reuniu 54 juízes federais dos cinco TRFs, sendo dois de cada seção judiciária. Participaram da abertura, os Ministros do STJ Francisco Peçanha Martins – Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral – e Ari Pargendler – Coordenador-Geral da Justiça Federal e do CEJ/CJF –, além do diretor da Esmaf, Desembargador Federal Jirair Meguerian.

Durante o encontro, ministros efetivos e substitutos do TSE, o procurador e o

vice-procurador-geral eleitoral, além de juristas e servidores da Justiça Eleitoral, ministraram palestras com o objetivo de preparar os magistrados para a atuação nas próximas eleições municipais, que acontecem em outubro deste ano. Entre os temas discutidos nos painéis estavam “Abusos na propaganda eleitoral”, “Inelegibilidade de prefeito e vice-prefeito na relação subordinante e subordinado” e “Principais motivos de impugnação do registro de candidatura”.

Diretor-Geral despede-se do TRF

Na noite do dia 05/08, o restaurante Cabana da Árvore foi ponto de encontro para uma confraternização calorosa em razão da despedida do Ex-Diretor-Geral do TRF-1ª Região Alcides Diniz, agora Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça. Estiveram presentes, entre as autoridades, o Desembargador Federal Mário César Ribeiro e esposa, o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, o Coordenador dos JEFs auxiliar, Bruno de Souza, o Representante do Banco do Brasil, Ricardo Newman, e diversos dirigentes e servidores da Casa.

Em clima de descontração, mais uma vez Alcides Diniz encantou com sua simplicidade os que ali estavam e deixou a certeza em cada olhar de que seus feitos ficarão marcados na lembrança de todos aqueles que o cercavam.





Grande prestígio na solenidade dos novos diretores



Novo Diretor-Geral assina termo de posse

Tribunal tem novos diretores

Rubens Luiz Murga da Silva foi empossado como diretor-geral do Tribunal pelo Presidente Aloísio Palmeira, no dia 10 de agosto, na sala de sessões n. 03, em solenidade que também deu posse ao novo diretor da Secretaria de Administração, William Santos.

Antes de iniciar a cerimônia de posse, o Presidente do Tribunal prestou homenagem ao Ex-Diretor-Geral da Casa, Alcides Diniz, e lembrou com estima a grande contribuição do servidor, que deixou o Tribunal para ser Diretor-Geral do STJ a convite do Presidente daquela Corte, Ministro Edson Vidigal.

Após assinatura dos termos de posse pelos novos dirigentes, o empossado Diretor-Geral, Rubens Murga, em breve discurso, agradeceu a confiança nele depositada, ressaltando que o trabalho a ser desenvolvido será uma continuidade daquele que desenvolveu no CJF “Posso garantir trabalho e dedicação na difícil missão de substituir o Dr. Alcides Diniz”.

Bastante prestigiada, a solenidade contou com a presença dos Ministros do STJ César Asfor Rocha, Costa Leite e José de Jesus, do Coordenador da Justiça Federal Ari Pargendler, do Vice-Presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, da Corregedora-Geral Assusete Magalhães, demais desembargadores federais da Corte, do Presidente da Ajufe, Jorge Maurique, do Secretário-Geral Paulo Cardoso, de juízes federais, de dirigentes, entre outros convidados.

Rubens Luiz Murga da Silva é Bacharel em Direito e também possui formação em Ciências Contábeis e Engenharia Elétrica. Tem vasta experiência de trabalho no Judiciário, tendo trabalhado no STJ, TST e no TRE/DF. Participou de vários seminários nas áreas de desenvolvimento organizacional, relações trabalhistas, negociação trabalhista e sindical, economia mundial, tributária, contábil, de auditoria, liderança e gestão estratégica de organizações, qualidade total, planejamento e orçamento, bem como na área jurídica e de línguas, portuguesa e inglesa. É mantenedor, desde dezembro de 1995, do Lar Infantil Chico Xavier, que abriga atualmente cerca de 50 crianças, tendo presidido a entidade no período de julho/96 a março/2000. Além disso, foi Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal no período de 03/04/2000 a 31/03/2004.

William Santos é Bacharel em administração. Por meio de concurso público, tomou posse em 1989 e exerceu, daquela data até o ano de 1996, a supervisão administrativa da Secretaria-Geral do CJF. Naquele mesmo ano foi nomeado assessor da presidência do Conselho – gestão dos Ministros Bueno de Souza e Américo Luz. Em 1998 foi designado assessor na assessoria técnica jurídica da Secretaria-Geral, exercendo, além da supervisão administrativa das atividades daquela unidade, o suporte e o assessoramento à realização das sessões do conselho. Foi secretário de administração do CJF de abril de 2002 a maio de 2004. No mesmo mês, tornou-se subsecretário de manutenção, comunicação e serviços gráficos.



TRF firma convênio com Caixa Econômica Federal

No dia 04 de agosto aconteceu a solenidade de assinatura do convênio firmado entre a Justiça Federal e a Caixa Econômica Federal, no gabinete da Presidência. Além do presidente Aloísio Palmeira Lima e do diretor executivo da vice-presidência de segmentos e distribuição da Caixa Econômica Federal, Antônio Limone, que assinaram o convênio no ato da solenidade, estiveram presentes o vice-presidente Mário César Ribeiro, a diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva Castro, juízes federais, o secretário-Geral Paulo Cardoso, o diretor-geral Alcides Diniz, o superintendente de negócios de Salvador da Caixa, José Raymundo Cordeiro Junior, o superintendente de negócios de Brasília da Caixa Econômica Federal, Hermínio Basso, o gerente de mercado da Caixa Econômica Federal, Gláucio Geronasso, o gerente de segmento de habitação – pessoa jurídica – da Caixa Econômica Federal, Vladimir Athayde, o diretor do setor jurídico regional Alberto Braga e a superintendente nacional do setor jurídico, Beatriz Soares.

O objetivo principal do acordo é o aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos pela Caixa e pela Justiça Federal da Bahia à sociedade. As duas principais propostas são a prestação de apoio aos Juizados Especiais Federais, com a contratação de 50 estagiários, e o reforço à segurança do prédio da seccional, com a instalação de porta giratória e portal detectores de metais.



Diretor Antônio Limone, da Caixa Econômica, Presidente Aloísio Palmeira e Diretora do Foro da Bahia Mônica Neves Aguiar

Posse no TRF/DF

O Plenário do TRE/DF esteve lotado de autoridades, amigos e familiares do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, no dia 28 de junho, para assistir à sua posse como membro efetivo daquela Corte, preenchendo a vaga deixada pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães.

Compuseram a mesa da sessão solene de posse; além do Presidente do TRE, Nívio Gonçalves, o Vice-Presidente do TRF da Primeira Região, Mário César Ribeiro, representando o Presidente Aloísio Palmeira; o Ministro do STM Carlos Alberto Soares; a Corregedora-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Assusete Magalhães; o Procurador Regional Eleitoral, Franklin da Costa; o Procurador-Geral de Justiça do DF em exercício, Adylson Rodrigues; e a representante do Governador Joaquim Roriz, Anadyr Rodrigues.

Também estiveram presentes ministros de tribunais superiores, muitos desembargadores

federais, dirigentes e servidores do TRF da Primeira Região, desembargadores do TJDF, juízes, representantes do Banco do Brasil e demais autoridades civis e militares.

Na primeira fila da platéia, como a praxe, estava a família do Desembargador Federal: a esposa, Jussara, as filhas Milianny e Serpuhi e a Neta Ana Júlia, além de convidados, inclusive de outros estados, como o advogado do Pará, Carlos Kayath.

O empossado disse ser para ele muito importante compor o TRE/DF, principalmente por ser naturalizado e ter tido essa oportunidade. “Estou muito honrado por ser o Brasil um país que permite a uma pessoa que não é filho da terra, porém imigrante, ocupar tão relevante função na Justiça especializada”, declarou.

Após compromisso solene do empossado, leitura do Termo de Posse pela Diretora-Geral do TRE, Ivana Ueda, o Pre-



Desembargador Federal Jirair Meguerian recebe cumprimento do Presidente do TRE/DF, Nívio Gonçalves

sidente passou a palavra ao Juiz eleitoral Marcos Jorge Caldas Pereira para fazer a saudação ao empossado em nome da corte. Em seu discurso, falou da infância, da trajetória profissional e da pessoa do Desembargador Jirair Meguerian.

Ao término da solenidade, os convidados cumprimentaram o novo membro do TRE durante um coquetel.



Anteprojeto de lei propõe mudanças nas custas da Justiça Federal

Novas regras para o recolhimento das custas na Justiça Federal estão sendo propostas por um anteprojeto de lei elaborado por uma comissão permanente formada no Conselho da Justiça Federal (CJF), cujo objetivo é revisar e atualizar o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. A comissão é formada por um juiz de cada região da Justiça Federal e é presidida pelo Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, da Primeira Região.

Juizados Especiais Federais, sem cobrança de custas. O presidente da comissão, juiz Marcos Augusto de Sousa, ressaltou que o reajuste das custas não cria obstáculos para o acesso da população à Justiça Federal, mesmo porque, além de haver os Juizados Especiais Federais, aqueles que demonstram não ter condições financeiras para arcar com os valores, ficam isentos de pagamento. O magistrado lembrou que, no caso do teto máximo das custas, o proveito econômico que a parte receberá, caso ganhe a causa, terá de ser de valor elevado. “Por exemplo, em uma ação cível, para as custas atingirem o valor máximo, que é de cinco mil reais, o benefício será da ordem de, no mínimo, quinhentos mil

“O reajuste das custas não cria obstáculos para o acesso da população à Justiça Federal, mesmo porque, além de haver os Juizados Especiais Federais, aqueles que demonstram não ter condições financeiras para arcar com os valores, ficam isentos de pagamento.”

Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, presidente da comissão.

entender que o indexador é, a um só tempo, índice de correção monetária e juros.

Os novos valores apresentados pela comissão basearam-se em pesquisa realizada entre as tabelas vigentes do STF e dos Tribunais de Justiça dos estados. No entanto, o anteprojeto não vincula a um determinado indexador a atualização da tabela, que seria revista anualmente pelo CJF, tendo como limite máximo o índice utilizado para atualização monetária dos débitos judiciais, atualmente o IPCA-e.

Cinquenta por cento da arrecadação das custas judiciais é destinada ao fundo penitenciário, para construção, manutenção e aperfeiçoamento dos presídios em todo o território nacional. A outra parte vai para a conta única do Tesouro Nacional. O presidente da comissão afirmou que a revisão da tabela de custas da Justiça Federal pode também desestimular lides temerárias, que carecem de fundamentação plausível.

O anteprojeto também prevê que a emissão de certidões de distribuição pela Justiça Federal passa a ser isenta de custas. Outra novidade é a inclusão de uma taxa para desarquivamento de processos já finalizados. Segundo o presidente da comissão, a intenção é desestimular os desarquivamentos desnecessários – como aqueles que ocorrem quando a parte deixa de promover execução no prazo fixado –, já que esse procedimento gera gastos de recursos da Justiça Federal sem que resulte no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

O anteprojeto já está sendo analisado pelo CJF. Na última sessão, o colegiado decidiu sobrestá-lo e enviá-lo à Ordem dos Advogados do Brasil para que a entidade apresentasse críticas e sugestões. Na ocasião, o relator do processo, Ministro Ari Pargendler, defendeu a atualização da tabela conforme o proposto pela comissão. Se aprovada, a proposta passará pelo STJ, que a encaminhará para o Congresso Nacional.

Uma nova tabela está sendo proposta, com criação de custas específicas para os feitos de competência dos TRFs e reajuste dos valores mínimo e máximo das custas para as ações cíveis em geral. As custas continuam sendo cobradas à base de 1% sobre o valor da causa. Na prática, não há maiores repercussões para o valor mínimo sugerido (R\$ 50,00), já que desde 2002 as causas de até 60 salários-mínimos, atualmente R\$ 15.600,00, são atendidas pelos

reais”, acrescentou o juiz, que ainda destacou o fato de que no ajuizamento da ação só são exigidos 50% das custas. O restante só é cobrado no caso de recurso.

As custas na Justiça Federal são regulamentadas pela lei 9.289/96, que prevê ser feito o reajuste pelo mesmo índice de correção dos débitos fiscais, atualmente a Selic. Segundo o presidente da Comissão, Marcos Augusto de Sousa, o Conselho da Justiça Federal optou por não aplicar a Selic por



Plauto Ribeiro despede-se do Tribunal

Após 15 anos de serviços prestados ao TRF-1ª Região, o Desembargador Federal Plauto Afonso da Silva Ribeiro teve sua aposentadoria concedida, conforme decreto do Presidente da República de 28 de junho de 2004, publicado no DOU, Seção II, do dia 29 de junho.

Pioneiro, a trajetória de Plauto Ribeiro faz parte de toda a história do Tribunal. O magistrado foi empossado como juiz (nomenclatura usada na época; hoje, desembargador federal) desta Corte no mesmo dia da solenidade de inauguração do Tribunal, em 30 de março de 1989.

No período de 31 de março de 1997 a 15 de abril de 1998, exerceu as funções de vice-presidente e de corregedor-geral, ten-

do sido empossado no dia seguinte, em 16 de abril de 1998, como presidente, ocupando o cargo até 16 de abril de 2000.

O decano acompanhou todas as transformações e evoluções desta Casa, que ele viu “nascer”. Entre elas, o surgimento da biblioteca, do consultório odontológico e do restaurante. Enquanto membro desta Corte, presenciou a instalação de projetos fundamentais para a Justiça Federal, como o Juizado Especial Federal e a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região.

Exercera a advocacia na área cível, comercial, administrativa, trabalhista, fiscal e criminal, nos foros das Comarcas de Carmo da Mata, Oliveira, Cláudio, Itapeverica, Divinópolis e Belo Horizonte, entre os anos de 1966 e 1975. Plauto Ribeiro foi também juiz suplente do TRE de Minas Gerais, de 1986 a 1987, tomando-se efetivo no biênio 1988/1990. No DF, exerceu a função de juiz suplente do TRE, de 1995 até agosto de 1996.



Acima, Plauto Ribeiro sendo empossado como juiz desta Corte. Ao lado, posse como Presidente do Tribunal



DESPEDIDA

Desembargador Federal Plauto Ribeiro na última sessão plenária



No dia 1º de julho, o Desembargador Federal Plauto Ribeiro participou da última sessão plenária como magistrado do Tribunal.

Na ocasião, Plauto Ribeiro fez um pronunciamento agradecendo a todos os magistrados e servidores o apoio durante o tempo em que trabalhou no Tribunal.

A aposentadoria, segundo ele, foi uma decisão que já vinha sendo amadurecida há algum tempo.

O Desembargador foi homenageado, ainda, por seus pares, que ressaltaram sua brilhante trajetória como magistrado. “Não esperava tanta expressão de gratidão e respeito. São 30 anos de magistratura. Depois de ouvir tudo isso, saio emocionado. Recebi um presente que acho que nem mereço”. Desabafou o magistrado.

A próxima meta do magistrado será retornar à advocacia.



Julho é mês de muitas atividades



Desembargadora Federal Assusete Magalhães preside Turma Especial de Férias



Acima, Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti. Ao lado, Desembargadores Federais Maria do Carmo Cardoso e Luiz Gonzaga Barbosa Moreira



Mais uma vez o Tribunal não parou durante as férias forenses dos magistrados. Durante o período foram processados e julgados feitos que não podiam deixar de ser apreciados para não se provocar a perda do direito das partes envolvidas.

A Turma Especial de Férias, que atua no período das férias regimentais dos desembargadores federais, nos meses de julho e janeiro, tem o objetivo de julgar os processos que requerem urgência.

De acordo com a portaria Presi 1104-299, de 11 de junho de 2004, a Turma Especial de Férias do mês de julho deste ano foi presidida pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães e composta pelo Desembargador Federal Luiz Gonzaga Bar-

bosa Moreira e pelas Desembargadoras Federais Maria Isabel Gallotti Rodrigues e Maria do Carmo Cardoso.

Entre os dias 02 e 31 de julho, a Turma realizou três sessões, sendo uma extraordinária. Na primeira sessão, realizada no dia 14 de julho, os magistrados examinaram doze *habeas corpus* de réus presos acusados de praticar crimes como tráfico de drogas, falsificação de dinheiro, extração irregular de diamantes, entre outros.

No dia 21 foi realizada sessão extraordinária, quando foram julgados cinco processos, incluindo pedidos de *habeas corpus* de dois acusados de participar de fraude em processos licitatórios de hemoderivados do Ministério da Saúde, investigada pela Polí-

cia Federal em ação conhecida como Operação Vampiro.

A última sessão da Turma ocorreu no dia 29 de julho. Os magistrados examinaram oito *habeas corpus* que envolviam crimes contra o meio ambiente, lavagem de dinheiro e de fraude, um deles referente a integrante de uma quadrilha que fraudava vestibulares em todo o País.

Ao final das atividades, a Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidenta da Turma, agradeceu aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos servidores do Tribunal a dedicação dispensada para que os trabalhos da Turma no mês de julho transcorressem com tranquilidade e em absoluta ordem.

Estatística de processos julgados em julho de 2004

Desembargador relator	14/07/04	21/07/04	29/07/04
Assusete Magalhães	1	3	2
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	3	0	2
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues	4	2	3
Maria do Carmo Cardoso	4	0	1
Total	12	5	8

TRF-1ª Região recebe prêmio por vídeo institucional

O TRF da 1ª Região foi o primeiro colocado no II Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria “Vídeo institucional”. O vídeo premiado foi produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) em parceria com a Assessoria de Programação e Representação Social (Asrep) e trata sobre “Tramitação processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região”. O vídeo faz parte do programa de visitação “Bem-Vindo ao Tribunal”, coordenado pela Asrep, e será lançado oficialmente no segundo semestre deste ano.

O prêmio concedido ao Tribunal é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça e visa valorizar o trabalho desenvolvido pelas assessorias de comunicação social do Poder Judiciário, Ministério Público e associações. A comissão julgadora, formada por jornalistas, professores universitários e representantes da Justiça e do Ministério Público, avaliou 117 projetos de todo o País, inscritos em 18 categorias. A categoria “vídeo institucional”, na qual o TRF da 1ª Região foi o vencedor, foi a mais concorrida.

As assessoras de comunicação social, Etiene Gomes, e de programação e representação social, Andréa Ghisi, coordenadoras da produção do vídeo, sentiram-se bas-

tante honradas com a distinção, mas fizeram questão de ressaltar o esforço de toda a equipe envolvida. “Este prêmio é dedicado a todos aqueles que colaboraram direta-

Foto: Jorge Campos



Foto 1: Etiene Gomes, Chefe da Ascom, apresenta o vídeo aos presentes

Foto 2: Andréia Athaide e Ivani Moraes recebem o prêmio orgulhosas

ou indiretamente com a realização do vídeo”. As assessoras também lembraram o apoio importante que receberam do servidor Marcílio Sampaio Ribeiro, que foi o responsável pelo texto original do vídeo premiado.

Premiação – A entrega do prêmio foi realizada durante o V Encontro de Assessores de Comunicação do Judiciário e Ministério Público, que aconteceu no período de 28 a 30 de junho, no TRF da 5ª Região, localizado em Recife. Na manhã do dia 28 de junho, a chefe da Ascom, Etiene Gomes,

apresentou o vídeo vencedor aos participantes do evento e explicou o funcionamento da Assessoria e todo o processo de produção do vídeo. Ela relembrou que, com exceção de parte da computação gráfica que foi patrocinada pelo Banco do Brasil, o vídeo foi realizado exclusivamente por servidores do Tribunal e com equipamentos próprios. Em seguida, manifestou sua satisfação ao saber que o vídeo vencedor, produzido pelo Tribunal, concorreu com outros produzidos por renomadas produtoras contratadas. As servidoras Ivani Moraes, da Ascom, e Andréa Athayde, da Asrep, que trabalharam diretamente na produção do vídeo, participaram da entrega do prêmio, realizada na noite do dia 29 de junho.

Vídeo “Tramitação Processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região”

Texto original: Marcílio Sampaio Ribeiro
Texto final: Andréa de Athayde Leite, Etiene Gomes e Juliana Espíndola
Revisão: Márcia Murça
Roteiro de imagens: Andréa de Athayde, Andréa Valadão de Araújo, Etiene Gomes e Juliana Espíndola
Edição e arte: Marco Couto
Supervisão: Andréa de Athayde e Ivani Moraes
Animação: Fred Azevedo

Locução: Carlos Rodrigues
Edição: Ivani Moraes
Imagens: Carlos Rodrigues, Juarez Domelles e Magnaldo Timo
Auxiliares: Bruno Almeida, Leonardo Braga e Luiz Cals
Coordenação: Andrea Balsini Ghisi e Etiene Gomes
Realização: Assessoria de Representação Social – Asrep – e Assessoria de Comunica-

ção Social – Ascom
Apoio: Banco do Brasil

Agradecimentos especiais: Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários, Secretaria Judiciária, Coordenadoria de Registros e Informações Processuais e Coordenadoria da 4ª Turma, André Sampaio, Bianca Heringer, Cláudia Valéria Alves Pereira e Maria Bernadete Bartolim.

No segundo semestre de 2004, o vídeo vencedor será lançado oficialmente junto ao programa “Bem-vindo ao TRF-1ª Região”.

A cópia do vídeo vencedor está disponível na videoteca da Ascom, localizada no 2º subsolo.

Decisões das Seções Judiciárias

Justiça manda limitar honorários exorbitantes

Nas hipóteses de litigância com a administração pública, devem os honorários advocatícios sofrer as limitações constitucionais de remuneração de que trata o art. 37, inc.XI, da CF/88, com a nova redação dada pela emenda 19/98, cujos termos trazem como teto máximo o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal. A decisão foi do Juiz Federal Substituto da 18ª Vara, no exercício da 17ª, Eduardo Luiz Rocha Cubas, que, ao analisar pedido envolvendo a Construtora Sultepa S/A e a União Federal quanto a valor de honorários advocatícios, chamou especial atenção para o caráter público de toda a atividade da advocacia. O Juiz considerou o advogado, mesmo em se tratando de litigante contra a administração pública, equiparado a todos que atuam na realização da justiça e, portanto, passível de sofrer as limitações constitucionais de remuneração.

Assim, o magistrado limitou os honorários a serem pagos pela União Federal em novecentos e sessenta e nove mil reais, diferentemente do valor requerido, mais de nove milhões, e determinou a expedição do precatório em nome dos advogados. Proc: 2003.19308-0



DF

Prisão de ex-senador

A prisão temporária do ex-senador Ernandes Amorim é pelo prazo de cinco dias, podendo ser prorrogada por igual período uma única vez, nos termos do art. 2º da lei nº 7.960/89. A Polícia Federal cumpriu, na madrugada do dia 05 de agosto, os mandados de prisão expedidos nos autos nº 2004.3357-8, em trâmite na Seção Judiciária de Rondônia e em obediência à decisão lavrada no dia 30 de julho pelo Juiz Federal Substituto da 2ª Vara, respondendo pela 3ª Vara, João Carlos Cabrelon de Oliveira. O magistrado acatou representação formulada pela Polícia Federal, entendendo haver “extrema e comprovada necessidade” para a adoção da medida e considerando haver indícios da existência de organização criminosa em Ariquemes/RO com o fim de desvio de verbas públicas



RONDÔNIA

federais repassadas ao município e de lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de madeira, entorpecente e pedras preciosas. Ernandes Amorim e Osmar Santo Amorim, segundo elementos colhidos pelos investigadores, lideram o esquema ilícito, valendo-se de empresas fantasmas ou de fachada, que participam de licitações direcionadas e superfaturadas, irregularidades estas já apontadas pela Controladoria Geral da União.

O grupo atuava também na obtenção de certidões negativas junto à agência da Previdência Social. Por tudo isso, o Juiz Federal considerou que “a custódia dos indiciados é medida que se impõe, eis que evidenciada a prática, em tese, dos crimes de peculato, corrupção passiva e ativa, realizados graças à atuação de empresários, particulares, secretários e assessores da Prefeitura Municipal e parlamentares de Ariquemes ligados ao líder da organização delituosa”. A prisão visa garantir a continuidade das investigações.

Amortização de prestação de imóvel financiado

O Juiz Substituto da 3ª Vara Federal, Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, determinou amortização de valor de prestação de imóvel financiado, em razão de comprovada invalidez permanente do mutuário (neoplasia crônica no cérebro), em data posterior à assinatura do contrato de seguro/habitação com a Caixa Econômica Federal – CEF. O Magistrado fundamentou sua decisão nas cláusulas do contrato seguro/habitação firmado pelo mutuário e sua mulher, o qual assegura o pagamento de indenização em razão de morte, qualquer que seja a causa, bem como de invalidez permanente, desde que ocorrida após a assinatura do instrumento caracterizador da operação. Houve comprovação de invalidez permanente do mutuário diante de documentos em que consta que é portador de lesão expansiva frontal direita (intraventricular), associada à síndrome convulsiva (lesão neoplásica), estando, inclusive, impossibilitado de assinar documento, e o reconhecimento da incapacidade física do mutuário pela CEF, que chegou a declarar que ele ficou inválido em data posterior à assinatura do contrato. Assim, ficou determinado pelo juiz que, no contrato em apreço, a parte que cabia ao mutuário incapacitado (responsável por 47,73% do valor do imóvel) estava totalmente liquidada junto à CEF, devendo, a partir de então, o financiamento do imóvel cingir-se ao valor devido pela autora (52,27%), que passará a depositar em juízo, a título de prestação habitacional do imóvel entelado (2001.40.1005-8).



PIAUI

Empossado novo Diretor da Secin

Tomou posse, no dia 1º de julho, o novo Diretor da Secretaria de Informática (Secin), Roberto Elias Cavalcante, no Gabinete da Presidência.

O Presidente em Exercício, Mário César Ribeiro, deu posse ao novo Secretário, ressaltando-lhe a experiência, de 25 anos, na área de informática, na prestação de relevantes serviços ao Judiciário. Dentre os trabalhos desenvolvidos no Superior Tribunal de Justiça, destacaram-se a reformulação da intranet e internet e a implantação do sistema de recursos humanos e do sistema de saúde daquele órgão. “Ele assume esse cargo unicamente pelo seu mérito”, finalizou o Vice-Presidente.

Estiveram presentes à solenidade o Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, dirigentes e servidores do Tribunal e amigos do empossado.



Secretário-Geral Paulo Cardoso, o empossado Roberto Cavalcante e o Vice-Presidente Mário César Ribeiro

PERFIL – Roberto Cavalcante possui 25 anos de experiência na área de informática. Durante esse período, atuou como analista de suporte, analista de sistemas e consultor. Atuou em vários segmentos do processo de desenvolvimento, com especial atenção para elaboração de requisitos e análise. Coordenou, durante os últimos seis anos, o desenvolvimento de sistemas e soluções na área de TI.

Desde 1996 é servidor do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no cargo de analista judiciário – Área Especializada de Informática. Nesse período, ocupou diversos cargos de chefia e direção.

Durante sua administração destacam-se atividades como a implantação dos seguintes sistemas: Sistema Integrado da Atividade Administrativa – Administra, Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SARH, Sistema da Área Médica – MED, Sistema do Plano de Saúde do STJ; e como a Exposição Permanente (quiosques de multimídia) e a Reformulação da Internet e Intranet do STJ, entre outros.

Revisão odontológica de férias

O Setor Odontológico promoveu, no período de 15 de junho e durante o mês de julho, a revisão odontológica de férias, com o objetivo de zelar pela saúde bucal dos servidores do TRF-1ª Região. Muitas pessoas foram atendidas e, após avaliação e orientações dos profissionais do setor, concluíram que prevenir é a melhor saída.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a meta para 2010 é a de que aos 12 anos de idade as pessoas tenham apenas um ou dois dentes cariados, obturados ou perdidos. Índice próximo de ser atingido hoje em algumas regiões do Brasil. No Estado de São Paulo, cada boca de pré-adolescente tem em média 2,5 dentes com cárie.

A cirurgiã-dentista Helenice Biancalana, diretora do departamento de prevenção e promoção da saúde da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, afirma que “a prevenção é a melhor maneira de se obter um sorriso bonito.”

Veja abaixo dicas de como manter um sorriso saudável e iluminado:

1º passo – Fio dental vai aonde a escova não chega

O fio dental deve ser passado diariamente entre os dentes. Retire cerca de 40 cm de fio da caixinha e enrole-o nos dedos médios. Passe-o no espaço entre os dentes até próximo da gengiva, num movimento suave de vaivém.

2º passo – Escova e pasta de dente em conjunto eliminam os restinhos de alimentos

Escolha uma escova de cerdas macias e arredondadas para não machucar a gengiva e de cabo longo e cabeça pequena para alcançar os últimos dentes. Não use força: o movimento deve ser suave.

- Os especialistas recomendam a troca quando as cerdas ficarem amassadas, pois já não removem bem a placa bacteriana. Não é preciso exagerar no creme dental. Uma quantidade do tamanho de uma ervilha faz o trabalho. Os melhores horários você já sabe: sempre após as refeições. Se não for possível, faça uma escovação pela manhã e, a mais importante, antes de dormir.

3º passo – Limpeza da língua dá fim aos resíduos

Muita gente se esquece de que também é preciso limpar a língua. Para isso, use a própria escova, descendo-a uma ou duas vezes da base em direção à ponta.

4º passo – Enxaguatórios bucais para finalizar

As soluções antissépticas funcionam como importante coadjuvante da saúde bucal. Escolha entre as marcas existentes uma de confiança e faça o bochecho com uma medida por cerca de 30 segundos ou conforme a recomendação específica do fabricante.

Modere nos doces – Os carboidratos são os principais causadores de cáries, pois sua fermentação gera um ambiente propício ao desenvolvimento de bactérias. O melhor é consumi-los após o almoço e o jantar e higienizar os dentes depois. Se não houver escova a mão, alimentos fibrosos, como maçã, ajudam na autolimpeza.

Fonte de pesquisa: www.saudebrasilnet.com.br



Itinerantes rodoviários mais de 21 mil



Juizado Federal Itinerante atende população de Pindobaçu



Cidadãos aguardam atendimento em Feira de Santana



Grande procura pelos Juizados em Campo Formoso



Jurisdicionados esperam atendimento em Pindobaçu



Servidores organizam Juizado Itinerante em Jacobina

Num país de dimensões continentais como o Brasil, de realidades diversas e problemáticas peculiares, o trabalho que a Justiça Federal vem realizando por meio dos Juizados Especiais Federais mostra sua relevância e torna possível a tão almejada democratização da Justiça.

Na Primeira Região, que corresponde a mais de 80% do território nacional, criatividade e vontade sempre foram a tônica dos Juizados Federais. Agora são também o combustível que movimenta as duas carretas do TRF da 1ª Região com os JEFs rodoviários. Depois de Minas Gerais – primeiro estado da 1ª Região a receber as carretas –, foi a vez de a Bahia beneficiar-se dos itinerantes. Foram 45 dias de trabalho em 11 municípios, que resultaram em mais de 21 mil atendimentos (Ver quadro). Desde o dia 07 de junho, as carretas percorreram mais de 2.300 km, começando por Vitória da Conquista, seguindo para Jequié, Jacobina, Caem, Saúde, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Juazeiro e encerrando seus trabalhos em Feira de Santana.

O Presidente do TRF da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, prestigiou a solenidade de abertura em Pindobaçu, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Feira de Santana. O Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Ítalo Mendes, esteve presente ao JEF de Senhor do Bonfim. Ambos sempre acompanhados da Diretora do Foro da Seccional baiana, Juíza Federal Mônica Aguiar, e do Coordenador do JEF itinerante da Bahia, Juiz Federal Durval Carneiro Neto.

No município de Senhor do Bonfim, a pre-

Confira os nú

Municípios	Atendi
Vitória da Conquista	2.3
Jequié	2.0
Jacobina	2.0
Caem	3
Saúde	4
Pindobaçu	8
Antônio Gonçalves	5
Campo Formoso	2.5
Senhor do Bonfim	1.9
Juazeiro	4.3
Feira de Santana	4.3
TOTAL	21.0

viários na Bahia: nil atendimentos



Pessoas aguardam para serem atendidas em Jequié

sença do Ministro da Previdência e Assistência Social, Amir Lando, e do Representante da Casa Civil da Presidência da República, José Antônio Dias Toffoli, foi um marco na história dos JEFs. Foi a primeira vez que representantes do Primeiro Escalão do Governo Lula participaram da abertura de um JEF. Eles foram conferir de perto o trabalho da Justiça Federal junto à população carente. O Presidente Aloísio Palmeira, na ocasião, destacou os resultados positivos dos Juizados Federais. “É pela justiça que podemos exercer a cidadania e integrar a enorme população de desassistidos”, afirmou. O Ministro Amir Lando elogiou o trabalho dos Juizados da 1ª Região, destacando a importância da presença de todas as instituições para a realização desse projeto. Em seguida, informou que está buscando soluções criativas no que se refere às fontes de financiamento para as demandas previdenciárias.

As autoridades destacaram a participação de parceiros como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás e outros entes governamentais como sendo fundamental para que as carretas continuem percorrendo as rodovias da 1ª Região, levando cidadania e dignidade às populações carentes dos municípios brasileiros e garantindo, com isso, o acesso à Justiça.

Ainda durante a solenidade em Senhor do Bonfim, o Presidente Aloísio Palmeira e o representante da Caixa Econômica Federal, Wladimir Athayde, assinaram um protocolo de intenções para implantação da sede dos Juizados Especiais Federais no Estado da Bahia.



Atendimento em Vitória da Conquista



Cidadãos aguardam atendimento em Juazeiro



Atendimento em Antônio Gonçalves



O Juizado Especial Federal também esteve em Caem

os números

Atendimentos	Atermações
2.350	1.648
2.048	1.139
2.000	819
384	143
432	244
826	302
534	302
2.586	1.213
1.974	1.332
4.279	2.414
4.364	2.073
21.777	11.808



Ministro da Previdência, Almir Lando; Presidente Aloísio Palmeira; e Juíza Federal Mônica Aguiar participam da abertura do Juizado Itinerante em Senhor do Bonfim



Juiz Federal Durval Carneiro Neto; Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Ítalo Mendes; Representante do Banco do Brasil, Ricardo Newman; Representante da Casa Civil José Toffoli; e a Representante da Petrobrás Milena Rosa Lobato



Solenidade de abertura dos Juizados Itinerantes em Senhor do Bonfim



População do Senhor do Bonfim atendidos pelo Juizado Federal Itinerante



Em reconhecimento ao trabalho realizado pelo TRF-1ª Região referente às atividades do Juizado Federal itinerante, os moradores de Senhor do Bonfim organizaram uma festa junina especial, típica da região, na noite do primeiro dia de realização do JEF. O evento contou com a presença do Presidente Aloísio Palmeira, que foi homenageado no local. O Juiz Federal Durval Carneiro Neto também participou do evento, bem como servidores da Seção Judiciária da Bahia e do TRF-1ª Região.

Uma grande faixa no local da festa expressou o agradecimento do povo bonfinense.



Rádio Destaque lança novo programa

Um novo programa chega para fazer parte da grade de programação da Rádio Destaque: é o Direto ao Assunto. Quinzenalmente, um bate-papo sobre temas de cultura, saúde, comportamento e outros.

A estréia do programa foi no dia 25 de junho, e as primeiras convidadas foram as psicólogas do Tribunal, Nádia Barbosa e Maristela Fonseca. O tema da conversa foi “Álcool e outras drogas”.

Já na segunda edição do Direto ao Assunto, a participação foi do Diretor da Secretaria de Recursos Humanos do TRF-1ª Região, Alex Amorim. Os vinte minutos de programa não foram o suficiente para que ele respondesse às perguntas dos ouvintes, que expuseram suas dúvidas por e-mail. Substituição, férias, adiantamento e quitação de gratificação natalina fazem parte do rol das dúvidas mais freqüentes. A interação ouvinte-convidado não acabou por aí; durante o programa, Alex ajudou um ouvinte a calcular de maneira correta o valor de sua gratificação.

Não perca a próxima edição do Direto ao Assunto. Mande sua sugestão de tema ou perguntas para radio@trf1.gov.br.

Alex Amorim fala a Raquel Meleiro



Acesse a Rádio Destaque pela intranet, em “setorias”, “comunicação social”.



Eliminados documentos antigos

Em um órgão é necessário que haja uma unidade para onde será dirigida toda a documentação, seja administrativa ou judiciária, de caráter intermediário e permanente, da organização. A unidade de arquivos é aquela que recebe toda essa documentação. Tem funções relativas à gestão documental, à disseminação e à preservação da informação jurídica e administrativa.

Uma divisão de documentos judiciais recebe, avalia, classifica e registra documentos judiciais procedentes das demais unidades do Tribunal. O TRF-1ª Região conta com a Divisão de Arquivos Judiciais (Diarj) para que esse trabalho seja realizado.

A Diarj, por intermédio do Setor de Arquivamento (Searq), arquiva cerca de 1500 processos por mês, segundo informou Josias José dos Santos, encarregado do Setor. O número de processos arquivados aumentou devido à criação dos Juizados Especiais Federais, o que possibilitou o julgamento de RPVs – Requisições de Pequenos Valores—, com maior rapidez. Outro fator que contribuiu para esse aumento foi a instituição de

novos órgãos de julgamento no Tribunal.

Com tantos arquivos acumulados durante os 15 anos de existência do Tribunal, é preciso fazer o descarte de alguns deles. Os documentos são descartados de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT.

O PCTT tem como objetivo identificar e preservar os documentos, bem como reduzir o volume daqueles arquivados ou a arquivar, economizando recursos materiais e humanos, além de tempo na recuperação dos documentos.

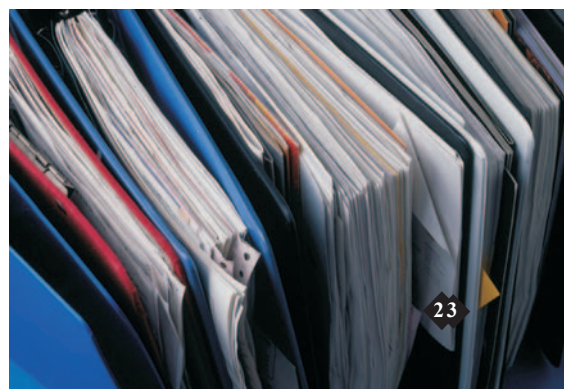
O Setor de Preparo Técnico da Diarj (Sepec) verifica documento por documento e os classifica em intermediários, permanentes e assim por diante, tudo de acordo com o PCTT. Um exemplo dessa classificação são as atas de julgamento, classificadas pelo PCTT como arquivos permanentes, não podendo ser descartadas.

A Divisão, além dos processos, lida também com planilhas de autuação de processos, atas de distribuição ordinária e extraordinária, índices de advogados, guias de en-

caminhamento de material para publicação, acórdãos, despachos e decisões.

No dia 07 de julho deste ano, a Divisão de Arquivos Judiciais descartou documentos de seu arquivo corrente e intermediário, como planilhas de autuação de processos, atas de distribuição ordinária e extraordinária, índices de advogados e guias de encaminhamento de material para publicação, todos referentes aos anos de 1989 a 1998. O material descartado totalizou uma área de três metros cúbicos e aproximadamente 300 kg de papel.

O descarte de registros que, com o tempo, tornam-se supérfluos, é necessário para que seja possível informar com exatidão todo o trâmite e conteúdo da documentação produzida no Tribunal e recebida pela Diarj.



Animada festa j reúne mais de 4

Cerca de 4.500 pessoas participaram da tradicional festa junina do Centrejufe no dia 26 de junho. Realizada há seis anos pela Associação dos Servidores da Justiça Federal da Primeira Região – Assejufe, a festa ofereceu aos participantes segurança nos estacionamentos, posto médico e do corpo de bombeiros, além de vinte e seis barracas com comidas e bebidas típicas, iguarias e brincadeiras.

O som ficou por conta das bandas Trio Siridó e Cuscuz com Leite. Durante oito horas, desembargadores e juízes federais, servidores associados e convidados divertiram-se com as atrações, como touro-mecânico, pula-pula e pescaria, e assistiram à apresentação da quadrilha profissional, além de participarem de uma quadrilha improvisada.

Desde o ano passado, o convite para a festa tem sido distribuído mediante a entrega de 2Kg de alimentos não-perecíveis, que são doados a instituições carentes. “É uma forma de ajudar os mais necessitados e, ao mesmo tempo, possibilitar diversão para as pessoas que vão à festa”, afirmou o presidente da Assejufe, Fernando Antônio Melo.

A festa teve o patrocínio do Banco do Brasil, Banco Alfa e do Credissutri.

Doação de alimentos – Instituições carentes recebem doações arrecadadas na festa junina. A Casa de São Sebastião, em Valparaíso, que atende famílias carentes, e a Fraternidade Lucas Evangelista, a Fale, no Recanto das Emas, que cuida de portadores do vírus da Aids, foram as duas instituições que receberam as doações arrecadadas na festa junina. Os alimentos foram entregues pelo presidente da Assejufe, Fernando Antônio Melo. Uma parte das doações foi destinada também ao Projeto Mesa Brasil, do Sesc, um programa que tem o objetivo de produzir os alimentos e distribuir as refeições prontas para instituições carentes.

Na Fale, as doações foram recebidas com muita satisfação pela presidenta da Fundação, Jussara Meguerian, e pelos moradores do abrigo. Ela destacou a importância dos alimentos recebidos e a necessidade da instituição de receber ajuda de toda e qualquer natureza. O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian também esteve presente no momento da entrega.

A Fale abriga cerca de 180 portadores do vírus HIV, entre crianças e adultos, e se mantém apenas com a ajuda de voluntários. Quem quiser ajudar pode entrar em contato com a instituição pelo telefone 331-3556.



Junina da Assejufe quatro mil pessoas



Associados divertem-se no evento



Convidados e associados lotam o arraial do Centrejufe



Os assessores Francisco de Assis Lacerda (esq.) e João Barbosa com suas respectivas esposas, Dinair Rodrigues(esq.) e Rossana Barbosa



Servidores associados e patrocinadores (representantes do Banco Alfa, Aparecido Debrair (1º esq.) e Lindemberg Alves (2º dir.), e do Banco do Brasil, Ricardo Newman) integram-se na animada festa



Entrega dos alimentos arrecadados na festa à Instituição Fraternidade Lucas Evangelista-Fale



Os magistrados Tourinho Neto, Olindo Menezes e Antônio Ezequiel em momento de lazer



Atividades realizadas pela Assejufe

Campeonato de futebol masculino

Foi realizado, pela primeira vez no Centrejufe, o Campeonato de Futebol Soçaite masculino, que teve a participação de cinco equipes, compostas somente por associados. O objetivo era possibilitar maior integração entre servidores que participam normalmente de competições e aqueles que estavam afastados dos campeonatos por participarem deles também os estagiários, de faixa etária inferior, o que torna os campeonatos muito competitivos.

Segundo o diretor de esporte Afrânio Nunes Alves, o evento teve caráter experimental. “Estamos verificando a possibilidade de o campeonato ser realizado anualmente. Todos gostaram, e, mesmo antes de terminar, os participantes estavam pleiteando que se mantivesse a competição”, disse o Diretor.

A final do campeonato foi realizada no dia 26 de junho e decidida em um jogo emocionante entre a equipe Monumental e Cocse. Foi vitoriosa a equipe Monumental. O placar foi de 4 X 4 no tempo normal e de 4 X 1, na prorrogação, para a Monumental.



Equipe Monumental, vencedora do campeonato

O artilheiro da competição foi o jogador Robério Celestino de Souza – com oito chutes certos –, da equipe Monumental, que teve também a defesa menos vazada com o goleiro José Maria Andrade.

O 1º e o 2º lugar, a melhor defesa e o artilheiro foram premiados com um troféu, e todos os atletas e a comissão técnica receberam medalhas de participação.

Parque do Centrejufe volta a funcionar



O parque infantil do Centrejufe, que ficou um mês parado para reforma, voltou a funcionar a todo vapor. A criançada pode contar com brinquedos novos, como a casinha com escorregador e balanço e o gafanhoto. Além disso, a areia e alguns brinquedos do parque que não estavam de acordo com as normas do Imetro foram trocados para maior segurança das crianças.

Futebol Feminino a todo vapor



Orgulho e satisfação entre as integrantes do time

Desde o ano passado, as mulheres estão treinando também no Centrejufe. São cerca de 25 participantes, entre servidoras, prestadoras de serviço e estagiárias. O grupo é bastante heterogêneo, com uma faixa etária bem variada. Os treinos são realizados nos fins de semana, e, como a maioria tenta o primeiro contato com o futebol agora, ainda não está participando de campeonatos. “O objetivo é que no futuro, quando elas tiverem condições e estiverem bem preparadas, participem de campeonatos externos”, explicou o Diretor de Esportes Afrânio Nunes Alves.

As inscrições para o futebol feminino podem ser feitas pessoalmente na Secretaria da Assejufe ou pelo ramal 570.

Poder Legislativo federal homenageia Presidente

O Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima foi homenageado, na reunião do Conselho da Justiça Federal no dia 8 de agosto, pelo Poder Legislativo, por meio do Deputado Federal Luiz Piauyllino, recebendo a Medalha Comemorativa dos 180 anos do Congresso Nacional. “É uma honra receber a medalha representativa dos 180 anos de existência de um dos poderes mais importantes da República”, afirmou. “Esta homenagem ficará marcada em minha vida, principalmente recebida aqui, em São Luís, terra dos grandes vultos da literatura brasileira e que também mostra muita semelhança com a velha Bahia”, afirmou o Presidente Aloísio Palmeira. Ele acrescentou que, em seu trabalho na presidência do Tribunal, tem procurado harmonizar e estabelecer metas; entre elas, o fortalecimento dos Juizados Especiais Federais. Por fim, adiantou que uma de suas metas prioritárias será a instalação de vara federal em Caxias. “Por sua história e tradições, Caxias merece a instalação dessa Vara”, concluiu.

A condecoração foi também oferecida ao Coordenador-Geral do CJF, Ministro Ari Pargendler.

A próxima reunião do Conselho foi agendada para o dia 03 de setembro, em Londrina/PR.



*Presidente Aloísio Palmeira
exibe com orgulho a
medalha recebida*

Governo de Goiás concede medalha ao Presidente

O governo do estado de Goiás concedeu ao Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, a mais alta comenda estadual – Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera – no grau Grã-Cruz.

A solenidade aconteceu no dia 26 de julho, mas devido ao recesso judiciário, por encontrar-se o Presidente em férias forenses, o magistrado não pôde comparecer à solenidade de outorga, motivo por que expediu ofício expressando grande satisfação por ter sido indicado à menção honrosa. Aproveitou para colocar-se à disposição para comparecer à sede do governo do Estado de Goiás em uma próxima oportunidade.





TRF abre suas portas para o cinema nacional

Na manhã do dia 10 de julho, um sábado, o TRF-1ª Região transformou-se em um grande palco para as gravações do longa-metragem brasileiro “A Concepção”, escrito e dirigido pelo premiado diretor José Eduardo Belmonte e produzido pela renomada produtora “Olhos de Cão”.

Dessa forma, o Tribunal abriu suas portas e contribuiu com a produção do cinema nacional, apoiando um projeto cultural de grande estima e com grandes perspectivas nos mercados brasileiro e internacional.

Segundo José Eduardo Belmonte, a Concepção é um filme genuinamente brasileiro: “Grande parte do filme foi desenvolvida em Brasília e mostra uma faceta do processo contraditório da modernidade. Em uma época em que se fala de forma recorrente sobre identidade. Por isso Brasília tornou-se o local mais apropriado para as gravações”.

O Tribunal foi um dos locais na cidade escolhidos pelo diretor para as filmagens. “Precisávamos simular o julgamento de alguns personagens e não haveria um local mais apropriado do que as dependências do TRF-1ª Região”. Afirma



Integração e sintonia entre a equipe de produção do filme “A concepção” e integrantes da Ascom

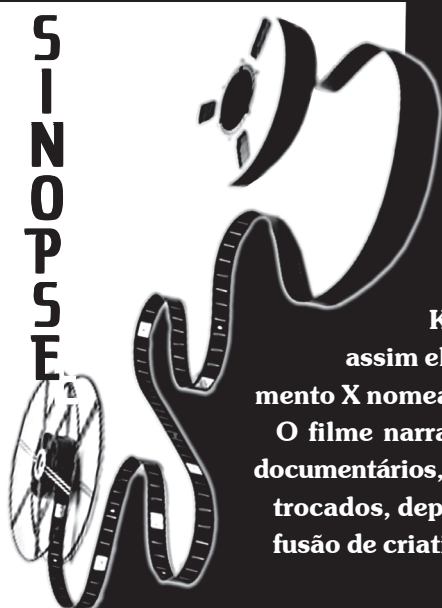
José Eduardo. Vale lembrar que, apesar de filmado na sala de sessões das Turmas do Tribunal, o julgamento dos personagens do filme não está relacionado à Justiça Federal, mas à Justiça comum.

Essa não foi a primeira vez em que José Eduardo Belmonte e a produtora Olhos de Cão trabalharam em parceria. Os filmes “Amarelo Manga”, que recebeu 20 prêmios, sendo sete de melhor filme, “O Prisioneiro da Grade de Ferro”, único representante brasileiro no 60º Festival de Cinema de Veneza em 2003, e “Subterrâneos” são produtos dessa rica união.

O filme, que tem estréia prevista para o 1º semestre de 2005, conta em seu elenco com a participação de personalidades

como Matheus Natchergale, Milhem Cortaz e grandes atores brasileiros.

Para a chefe da Assessoria de Comunicação do TRF-1ª Região, Etiene Gomes de Carvalho, que intermediou os contatos da produtora com a administração do Órgão, “O Tribunal está vendo com simpatia o renascimento do cinema nacional, que está sendo apoiado pelo Estado, mas reconhece que ainda há muito que se fazer pelo cinema. Por fim, entendo que esse apoio do TRF a iniciativas como essa constitui um mecanismo eficiente para assegurar a participação e o diálogo do Poder Judiciário não só com a sociedade, mas também com os artistas e com os produtores culturais.”



Alex e Lino são dois jovens muito amigos, quase irmãos. Filhos de diplomatas que foram trabalhar fora do País. Sozinhos em Brasília, moram juntos no apartamento de Alex. Um lugar cheio de roupas de várias épocas e de vários países, além de filmes super 8. No local, eles organizam pequenas festas, sessão de fotos, projeção de filmes e ensaiam com uma banda sem nome.

Um dia, cansados daquela monotonia, eles conhecem um sujeito chamado X, que propõe a eles um novo estilo de vida. Baseando-se no filósofo indiano Krishnamurti, X propõe aos seus novos amigos que eles apaguem suas lembranças, assim eles poderiam “morrer a cada dia” e serem tudo de todas as maneiras. A esse movimento X nomeava de “A Concepção”.

O filme narra essa história de forma concepcionista: usando várias texturas, fotos, vídeos, documentários, ficção aristotélica, dramatizações, fragmentos de sonhos, desenhos, cartas, e-mails trocados, depoimentos policiais, matérias de jornais, mentiras, publicidade, videoclipes numa fusão de criatividade.

Suspensão revisão de renda dos benefícios previdenciários de aposentados no Piauí

TRF suspendeu liminar que obrigava o INSS a rever em 120 dias e a reajustar a renda mensal inicial de benefícios previdenciários de servidores aposentados do Estado do Piauí no período de março de 1994 a fevereiro de 1997. A liminar concedida em ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal na Seção Judiciária do Piauí foi suspensa por decisão do Vice-Presidente do TRF-1ª Região em exercício da presidência, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, ao analisar pedido do INSS.

O Desembargador apresentou vasta jurisprudência no sentido de que o Ministério Público não tem legitimidade ativa para pleitear, em ação civil pública, direitos individuais. Segundo sua decisão, o enunciado da lei é claro: “não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.” Conclui o Desembargador que a liminar concedida em 1ª instância representa perigo de potencial lesão à ordem econômica, já que não há nenhuma previsão orçamentária.

SS 2004.01.00.019981-1/PI

União arcará com tratamento de criança que contraiu doença após tomar vacina tríplice

Menor que sofre de “Síndrome de West” receberá medicamentos necessários para o tratamento da doença. Foi o que determinou a Sexta Turma do TRF-1ª Região. A criança teria contraído a síndrome ao receber a segunda dose da vacina tríplice, fornecida em posto de saúde da rede pública. A doença causa convulsões e retardo mental, principalmente entre bebês de quatro a sete meses.

Em 1ª instância, o juiz negou o pedido para que o estado de Rondônia e a União pagassem pensão mensal no valor de mil e quinhentos reais, além do custeio, a cada três meses, no valor de cinco mil reais, referentes a gastos médico-hospitalares, remédios, transporte aéreo, hospedagem, alimentação, exames e terapias. O magistrado entendeu não haver relação direta entre a doença e o ato de ter tomado a vacina.

Ao apelar para o TRF, os parentes do menor alegaram que a União tem conhecimento de que a aplicação da vacina tríplice pode causar reações adversas em crianças, assumindo assim, os danos que venham a ser causados à saúde dessas crianças.

No TRF, a Turma julgadora reformou em parte a sentença de 1º grau. A relatora do processo, Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti, esclareceu que tudo indica que a doença tenha sido adquirida pela aplicação da vacina tríplice, sendo responsabilidade da União e do estado arcar com as despesas necessárias ao tratamento médico do menor. No entanto, nem todos os gastos apresentados pela família deverão ser pagos pela União. A decisão determina o pagamento apenas de medicamentos, além de consultas e exames que não possam ser realizados em hospitais da rede pública. Com relação ao

tratamento ser realizado no Instituto de Neurologia de Goiânia, a magistrada esclarece que só poderá acontecer se o serviço não puder ser efetuado no estado de Rondônia.

AG 2003.01.00.038476-1/RO



Quinta Turma do TRF-1ª Região encerra julgamento de soja transgênica

O julgamento de mérito no TRF-1ª Região da validade da permissão de plantio e comercialização da soja transgênica concedida pela CTNBio em escala comercial terminou no dia 28 de junho, às 21h. Os desembargadores da 5ª Turma decidiram, por maioria, pelo reconhecimento da legalidade da atuação da CTNBio. A necessidade de realização de estudo de impacto ambiental antes da liberação da soja foi estabelecida em sentença proferida pelo juiz de 1ª instância. Inconformados com a sentença, a União e as empresas Monsanto e Monsoy recorreram ao TRF. Iniciado o julgamento, o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva pediu vista e proferiu seu voto no sentido de que “cabe à CTNBio, discricionariamente, decidir sobre a necessidade de exigir a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como condição para liberação no meio ambiente e para uso comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs)”, considerando, portanto, legal a atuação da CTNBio. O Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira votou no sentido da necessidade do Estudo de Impacto Ambiental para que o princípio democrático de proteção ao homem e ao meio ambiente fosse cumprido. Os dois votos encerram o julgamento na Turma, uma vez que a Desembargadora Federal Relatora Selene Maria de Almeida já havia proferido voto favorável às apelações, no que foi acompanhada pelo Desembargador Federal Antônio Ezequiel, ficando vencido o Desembargador Federal João Batista Moreira. O voto da Relatora afirmava que o órgão encarregado das autorizações, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – a CTNBio –, havia-se cercado de um estudo científico com todas as exigências técnicas necessárias, o que validaria seu parecer. Apesar de o Desembargador Federal Antônio Ezequiel ter votado no mesmo sentido da Relatora do processo, não acompanhou a parte do voto que tornava sem efeito a liminar deferida na ação cautelar preparatória da ação civil pública, ficando, assim, vencida a relatora quanto à cassação da liminar. Com a questão da cautelar pendente, a efetiva liberação e comercialização da soja transgênica em escala comercial dependerá do desfecho desta ação.

AC 1998.34.00.027682-0/DF

Outros releases disponíveis em www.trf1.gov.br – Setoriais – Comunicação Social – Notícias:

- ❖ **Manutenção dos proventos de aposentadoria**
- ❖ **Compensação de crédito negado**
- ❖ **Técnico em Farmácia não pode ser o profissional responsável pelo subestabelecimento**



JEF virtual no Amapá



O Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, I'talo Mendes, instalaram, no dia 21 de junho, o Juizado Federal Virtual na Seção Judiciária do Amapá. A solenidade aconteceu pela manhã e reuniu diversas autoridades locais.

Ao discursar, o Diretor do Foro da Seccional amapaense, Juiz Federal Anselmo Gonçalves, lembrou que a instalação do Juizado virtual demonstra a preocupação do TRF com os jurisdicionados, sobretudo com os mais humildes. Já o Coordenador do JEF local,

Juiz Federal André Dias, salientou que o Juizado virtual é a tecnologia a serviço do pobre. “Aqui a tecnologia não vem para segregar, mas para amparar os mais desfavorecidos”, afirmou.

Na ocasião, o Desembargador Federal I'talo Mendes lembrou que o Juizado Especial virtual faz parte de uma “revolução silenciosa” do Poder Judiciário e, em seguida, desabafou: “É fácil ouvir falar de corrupção, mas do trabalho que é feito com dedicação e espírito público poucos falam”. O Desembargador também informou que a tecnologia utilizada para viabilizar o Juizado virtual já é alvo de desejo de alguns países.

O Juiz Auxiliar da Cojef, Bruno Oliveira, fez a apresentação do sistema aos presentes.

O Presidente Aloísio Palmeira, ao encerrar a solenidade, discursou em tom de satisfação: “Estamos cumprindo com nosso dever de melhorar a prestação jurisdicional para atender milhares de pessoas desfavorecidas, que estão tendo a oportunidade de encontrar nos Juizados Especiais Federais a satisfação de suas necessidades prementes”.

Entre as vantagens dos Juizados virtuais estão a eliminação do papel, a assinatura digital, a marcação automática de audiências, a citação e intimação por e-mail e a publicidade máxima, uma vez que o processo pode ser consultado pela Internet a qualquer tempo. Em breve, o Juizado virtual será também instalado no Piauí, Mato Grosso, Acre e Rondônia e, possivelmente, até o final do ano, no Amazonas, Maranhão e Pará. A Goiás, Bahia e Minas o JEF virtual chegará no próximo ano. No dia 20 de agosto, ocorreu a instalação do Juizado Virtual de Roraima. Veja cobertura na próxima edição.



Juiz Auxiliar da Cojef, Bruno Oliveira; Juiz Federal André Dias; Juiz Federal Anselmo Gonçalves; Coordenador dos JEFs da 1ª Região, I'talo Mendes; e Presidente Aloísio Palmeira

Concurso para leiaute já tem ganhador

No dia 03 de agosto, o trabalho do servidor Jaeder Ferraz Ferreira, auxiliar judiciário da Seção Judiciária de Minas Gerais, foi indicado como vencedor do Concurso da Criação do Leiaute da Página Eletrônica da Primeira Região. O trabalho de Jaeder foi selecionado, por unanimidade, pela comissão de avaliação presidida pelo Juiz Federal Bruno Oliveira, secretariada por Elza Cesetti, chefe de gabinete da Presidência, e composta por Roberto Elias Cavalcante, diretor da Secin, Elieusa Guedes Brandão, diretora da Didor, Marcos Barbosa, diretor da Divip, e Oscar Campos, servidor da Setec.

O vencedor concorreu com 17 trabalhos, inscritos conforme exigências previstas no edital de convocação para o Concurso.

A cerimônia de premiação aconteceu no dia 13 de agosto, às 16h, no hall do Plenário.

A entrega do prêmio foi feita pelo representante do Banco do Brasil, Mauro Santana. O gerente entregou ao ganhador o prêmio de 5000 reais e o parabenizou pelo belo trabalho.

Jaeder Ferreira declarou que o seu trabalho foi embasado na busca do equilíbrio entre o moderno e o tradicional, do sóbrio e do alegre, procurando sempre obter a harmonia.

O presidente da comissão julgadora do concurso, Juiz Federal Bruno Oliveira, declarou que a escolha foi muito difícil, já que todos os trabalhos inscritos foram muito bons.

Estiveram presentes à solenidade o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, o Secretário-Geral, Paulo Cardoso, o novo Diretor-Geral, Rubens Murga, o novo Diretor da Secretaria de Administração, William Santos, além de autoridades e servidores da Casa. Ao final da solenidade, os presentes foram convidados para ver a exposição dos leiautes que concorreram ao prêmio.

O ganhador
Jaeder
Ferreira



Nova página da Secor

Desde o dia 29 de junho, a Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor) exibe sua nova página na Intranet. O incentivo para a criação de um banco de dados da Secor para uso interno surgiu há algum tempo, quando a idéia principal era disponibilizar em rede todos os trabalhos desenvolvidos pelas divisões, facilitando a troca de informações entre os setores.

Com a necessidade cada vez maior de agilizar os processos de transmissão de dados e informações entre a secretaria e as seccionais, a Secor desenvolveu uma ferramenta dinâmica que serve a toda a 1ª Região, podendo ser utilizada em qualquer lugar onde haja um computador ligado à Internet. Assim, o banco de dados foi dotado de ferramentas modernas e evoluiu para a página setorial da Secor.

O principal objetivo da página é disponibilizar a todos os setores envolvidos no processo orçamentário uma base de conhecimentos onde se possa facilmente consultar legislações específicas da área de orçamento, informações, orientações, gráficos demonstrativos, sites direcionados, bem como servir de mais um elo entre a Secor e as

seccionais, facilitando a comunicação e viabilizando a transmissão de dados e informações de forma mais rápida e precisa.

Segundo o diretor da Divisão de Programação Orçamentária e Financeira da Secor, José Augusto Mochel Matos Pereira Lima, mais novidades na página estão por vir. “Nos próximos meses, desejamos implementar um quadro de avisos como o da página principal do TRF, onde será possível publicar e solicitar informações às seccionais de uma forma mais ágil”, diz ele.

O setor estará oferecendo serviços tais como utilização de envio eletrônico de formulários e planilhas, visando à agilidade, precisão e economia, e publicações de um glossário, com os principais conceitos do Orçamento Público e da execução financeira e orçamentária, e de um manual com as principais rotinas utilizadas pelas áreas envolvidas nos processos orçamentários.

Sonhos - Transcendendo a Imaginação

Minas Gerais é um dos estados do País responsável por grandes nomes da arte, como o escultor Aleijadinho.

O talento de mais um artista daquele estado, precisamente da cidade de Carmo do Parnaíba pôde ser conferido, no Tribunal, na exposição “Sonhos – Transcendendo a Imaginação”.

Fernando Castro, autodidata, é um exímio desenhista de figuras humanas e de animais e contabiliza 20 anos de experiência com as artes plásticas. Entre as premiações de reconhecimento da habilidade como artista plástico, chamam a atenção os diversos

prêmios conquistados em salões de artes mineiros, além de ter sido escolhido entre outros artistas para ilustrar a capa do “Guia Turístico de Minas Gerais” nos anos de 1985 e 1990. Outro ponto importante da carreira de Fernando Castro foram as ilustrações que fez nas páginas do livro da poetisa paulista Clementina Simões.

Para o público que esteve no Espaço Cultural do Tribunal conferindo a exposição “Sonhos – Transcendendo a Imaginação”, aberta à visita de 14 a 25 de junho, ficou confirmado o talento do artista.





Seções Judiciárias

Amazonas

Centro Cultural da Justiça Federal



Foto: Seção de Informática/AM

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Amazonas, no início do ano de 2004, criou um projeto cultural para oferecer espaço para as manifestações culturais, sociais e funcionais de interesse dos magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço terceirizados em atividade na seccional. A primeira programação foi um concurso interno para a escolha do nome do projeto e da frase (espécie de *slogan*) que irá promovê-lo. O “Sarau Legal”, entre outras atividades, destacou-se pela 1ª Mostra Fotográfica Livre na Seção Judiciária. Com o sucesso do projeto, a idéia evoluiu para a criação do **Centro Cultural da Justiça Federal do Amazonas**, que teve inauguração no dia 23/04/2004, com a exposição da artista plástica amazonense Cláudia Ribeiro.

As atividades do Centro Cultural são feitas no plenário da seccional e, para a sua elaboração, a Diref conta com o apoio da Associação dos Servidores da Justiça Federal do Amazonas, da Caixa Econômica Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros. Para citar alguns eventos promovidos pelo Centro Cultural, temos a I Mostra de Artesanato, que contou com a participação de vários servidores e seus familiares, o Bazar do Dia das Mães, que teve um bonito desfile de modas, e uma festa junina, com a apresentação de vários grupos folclóricos e muita diversão. Para o mês de agosto, a primeira programação será a comemoração do dia dos pais.

Rondônia

Certidões on-line

Apesar do fim do prazo vinculado à Justiça Eleitoral para os candidatos apresentarem certidões negativas de distribuição de ações cíveis e criminais, época em que o movimento cresceu bastante, o serviço *on-line* de emissão daquele documento permanece ativo no âmbito da Seção Judiciária de Rondônia. Desde a noite do dia 2 de julho, quando o sistema foi disponibilizado, cerca de 1.110 documentos foram emitidos.

Segundo explicou o diretor do Núcleo Administrativo da Justiça Federal, Waldirney Guimarães Resende, o objetivo é manter mais essa prestação de serviço à comunidade, visando facilitar o acesso do cidadão à prestação jurisdicional, principalmente daquele que mora no interior do estado, pois, via Internet, poderá imprimir sua certidão sem necessidade de deslocamento até Porto Velho, e com custo zero.

A portaria 148/04 da Diretoria do Foro, que instituiu o serviço no âmbito da Seccional rondoniense, indica a validade de 30 dias para a certidão e que a autenticidade, no prazo máximo de três meses após a sua expedição, poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, mesmo endereço para a sua obtenção, a saber: www.ro.trf1.gov.br.

Tocantins

Ações para o bem-estar



Foto: Maria Aparecida Marks

O PGQVT, com o apoio da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, promoveu, no mês de junho/2004, algumas ações voltadas para o bem-estar do servidor. Foram dois dias de atividades: no dia 25 foi realizada, no *hall* da Seção Judiciária, aferição da pressão arterial e palestra com médico cardiologista sobre a prevenção de doenças cardiovasculares e, no dia 27, foi fundado o clube da caminhada (foto), com a presença da perita médica do Pro-Social e de fisioterapeutas. Houve, ainda, distribuição de brindes doados pelos patrocinadores e um café-da-manhã coletivo. Estas ações contaram com a participação dos servidores, familiares e terceirizados.

Bahia

Treinamento do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade

A Seção Judiciária da Bahia recebeu, no final do mês de junho, o treinamento para a implantação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, ministrado pela servidora Elieusa Guedes Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que lá esteve com mais duas servidoras da Didor. Durante três dias, os 25 servidores, da área administrativa, selecionados para atuarem na classificação e descarte dos documentos administrativos, aprenderam que alguns documentos terão arquivamento permanente, devido ao seu valor histórico, e que o treinamento tem como objetivo instruir quanto à forma de identificá-los. Os servidores atuarão também como agentes multiplicadores.

Após a implantação do PCTT, a Diretora do Foro Mônica Neves Aguiar determinou, por meio de três portarias, a obrigatoriedade do uso do PCTT, a criação de grupo de trabalho e a criação da comissão de acervo histórico.

Piauí

Justiça Federal investe em segurança judiciária

O crescente aumento da violência no Estado do Piauí, com o conseqüente aperfeiçoamento do “modus operandi” das quadrilhas de alta periculosidade, utilizando, inclusive, técnicas e equipamentos modernos na prática de atos ilícitos, levou a Justiça Federal no Estado do Piauí a promover, no período de 14 a 18 de junho, o curso “Prevenção: O Caminho da Segurança”, como forma de qualificar e aprimorar os serviços de segurança pessoal e patrimonial executados pelos seus 11 agentes de segurança.

Durante o curso, que foi ministrado por agentes especializados da Superintendência da PF, do Corpo de Bombeiros, do 2º BEC e do 25º BC, os agentes de segurança da SJ do

Foto: Nilson Linhares



Agentes garantem segurança com curso de treinamento

Piauí receberam orientações sobre relações interpessoais; prevenção de sinistros; segurança de dignatários; orientações sobre a detecção da presença de pessoas suspeitas; diversas técnicas, como a de armamento e tiro com a utilização de armas e munições de alta potência, de domínio emocional em situações críticas, de direção defensiva e ofensiva, de mobilização; entre outras.

A realização do curso recebeu total apoio do Diretor do Foro, Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis, e teve o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Minas Gerais

Conciliação para reduzir inadimplência

Dez varas cíveis da Justiça Federal de Minas Gerais estão realizando audiências de conciliação entre os mutuários do SFH – Sistema Financeiro da Habitação – e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de facilitar acordos e solucionar o problema criado pelo desequilíbrio financeiro nos contratos de financiamento de imóveis, responsáveis por uma quantidade expressiva de processos em tramitação. Realizam audiências a 1ª, 3ª, 7ª, 8ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª, 19ª e a 20ª Vara. A 14ª e a 16ª Vara iniciarão suas audiências em agosto. Com isso, o estado de Minas Gerais chegará a ter 60% das suas varas federais cíveis atuando no movimento de conciliação que se estende pelo País e que começou em Maringá, no Paraná (4ª Reg.).

A Juíza Federal titular da 15ª Vara, Edna Maria Fagundes Velloso, conside-

rada uma das mais atuantes, vê a medida como uma oportunidade para o mutuário resguardar sua moradia: “nas audiências, a CEF está apresentando propostas que variam de contrato para contrato e possibilitam ao mutuário liquidar seus débitos com descontos de até 80% no valor do saldo devedor.”

Segundo informações do Setor Jurídico da CEF, foram realizadas, de março a julho deste ano, 291 audiências de conciliação na Seção Judiciária de Minas Gerais. Vinte e oito acordos foram homologados nas próprias audiências, 38 acordos estão em andamento e 129 foram recusados – em sua maioria, pelo

não-comparecimento dos mutuários às audiências. O resultado é considerado um sucesso pela Caixa Econômica Federal.

A Juíza Federal Edna Maria: entusiasmo pelas audiências

Foto: Ana Clédia Zorzal



Goiás

Programa de Requisição de Serviços Via Intranet



O supervisor da Seseq, Walter Maurício, utilizando o novo Programa

A seção de serviços gerais, responsável pela manutenção e conservação dos edifícios sede e anexo da Justiça Federal em Goiás, vinha recebendo, desde sua instalação, as solicitações de serviços por meio de contato telefônico e de memorandos. Para uniformizar o atendimento, com o apoio do núcleo de informática, foi criado o Programa de Requisição de Serviços Via Intranet. O supervisor da Seseq, Walter Maurício, informa que, com a padronização das requisições, os serviços estão sendo agilizados e executados simultaneamente, de acordo com a data da solicitação, exceto os casos urgentes, quando são feitos imediatamente. Atualmente, a seção conta com 90 pessoas, prestadoras de serviço, envolvidas na manutenção dos edifícios da Seccional.

Nova sala da Ordem dos Advogados

Foi inaugurada, dia 28 de junho, às 16h, na sede da Justiça Federal/GO, a nova sala da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás –, que está mais ampla e tem o intuito de atender melhor aos advogados e seus clientes. Também foram inaugurados o Centro de Informação e Assistência, que tem por objetivo atender ao público em geral e funcionará com mão-de-obra voluntária, oferecida por instituição de ensino conveniada com a Justiça Federal, e o Espaço de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção à Saúde, que vem atender os servidores em um local voltado para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho.



Seções Judiciárias

Mato Grosso

Homenagem

O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva recebeu, no dia 10 de agosto, uma placa do 9º Batalhão da Polícia Militar, em reconhecimento a sua decisão do dia 8 de junho de 2003, que determinou a utilização temporária, pela polícia, da Estância 21, onde funcionava o cassino do comendador Arcanjo, que teve, no dia 16 de dezembro de 2003, em sentença no processo n. 2003.36.00.008505-4, o perdimento, em favor da União, de todos os bens, direitos e valores.

Receberam também homenagem o Governador do Estado Blairo Maggi, o Procurador da República Pedro Taques e os promotores de Justiça Mauro Zaque e Célio Wilson.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades civis e militares e de servidores da Justiça Federal de

Mato Grosso.

Pelo menos 250 mil pessoas da região dos bairros Coxipó, Osmar Cabral, Cohab São Gonçalo, Itapajé, Pedra 90 e das cidades vizinhas Leveger, Barão de Melgaço, Mimoso e da Agrovila das Palmeiras serão beneficiadas.

A população também poderá registrar boletim de ocorrência no local, o que só era feito pela Delegacia Metropolitana.

O objetivo da PM ao solicitar a ocupação do local é o de proporcionar um serviço de maior qualidade à população, atuando de maneira mais rápida e eficiente, mantendo um ambiente saudável e digno.

O prédio fica localizado na BR 364, KM 10, no Bairro Jardim Presidente I e lá funcionava o quartel general do Crime Organizado em Mato Grosso, capitaneado

Foto: Almerinda Barros



Juiz Federal Julier Sebastião da Silva recebe placa de homenagem

pelo comendador João Arcanjo Ribeiro.

O coronel Victor Hugo Metello de Siqueira, comandante-geral da polícia militar no estado, considerou o momento histórico: “A presença da PM neste local é um marco: Onde funcionava o comando do crime, passa a funcionar o comando de combate ao crime”.

Roraima

Seminário sobre índios

O juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, Helder Girão Barreto, participou do I Seminário Indígena de Roraima, promovido pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, no período de 29 de junho a 1º de julho. Durante três dias, autoridades e especialistas de assuntos indígenas fizeram palestras sobre sua área de atuação.

Foto: Sargento Lewiski, da 1ª BIS



O Juiz Federal Helder Girão Barreto após a palestra, com o comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general Paulo Studart.

O juiz Helder Girão, cuja dissertação de conclusão do curso de mestrado em Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi sobre direitos indígenas, apresentou sua visão sobre o assunto. Entre os palestrantes do seminário estavam o procurador da República Marcus Marcelus Gonzaga Goulart, o vice-governador do Estado, Salomão Cruz, o representante da Diosece de Roraima, padre Raimundo Vanthuy Neto, o tenente-coronel De Lamare, do Comando Militar da Amazônia (CMA) e o ex-presidente da Funai, Sidney Possuelo.

Posse do Diretor do Foro

Em solenidade ocorrida no dia 11 de maio, no auditório Araceli Souto Maior, o Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Roraima, Grigório Carlos dos Santos, tomou posse no cargo de Diretor do Foro da seccional, em substituição ao Juiz Federal substituto Helder Girão Barreto.

Em seu discurso, o Juiz Grigório disse que manterá o bom nível dos serviços, assim como continuará a estimular, como seu antecessor, o entrosamento no quadro funcional, com os eventos mensais de confraternização já tradicionais na casa.

Foto: Fernando Quintella



Empossado Grigório Carlos dos Santos

Subseções Judiciárias

Juiz de Fora/MG

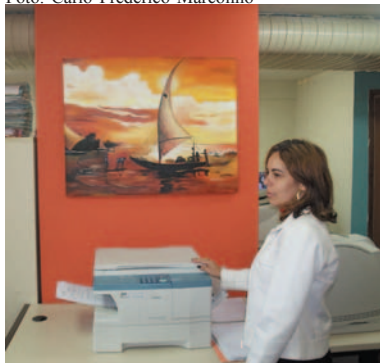
Mais cor ao ambiente de trabalho

Colocando em prática os ensinamentos adquiridos nos cursos promovidos pelo PGQVT – Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho –, realizados na Subseção de Juiz de Fora no final do ano passado, os servidores implementaram diversas modificações estéticas nas Varas Federais, pintando quadros, redecorando as mesas e paredes. O colorido realçou o ambiente, tornando mais agradável o tempo de convívio no trabalho, e a paisagem ficou mais suave com a colocação de vasos de plantas ornamentais. O bom humor dos servidores se refletiu em cada detalhe criado com carinho e que partiu da idéia coletiva de se implementar uma melhoria real na qualidade de vida.

No mês de junho, os servidores da Subseção se confraternizaram na festa junina promovida pela Serjus. O acontecimento foi um sucesso, contando com barracas típicas, fogueira, fogos de artifícios e premiações. A criançada vibrou com o jogo de acertar bolas na boca do palhaço e as prendas foram compradas pelos próprios servidores com base na faixa etária dos seus dependentes menores de idade.

Esses acontecimentos são decorrentes de uma nova filosofia que aos poucos vem se tornando mais evidente entre os servidores que passam cada vez mais a priorizar a harmonia nas relações entre os colegas, objeto de discussão nos últimos cursos realizados, especialmente, nas equipes de relações humanas.

Foto: Carlo Frederico Marcolino



Santarém/PA

Juízes visitam projeto de manejo florestal

Os Juízes da Subseção Judiciária de Santarém, Nelson Loureiro dos Santos e Fabiano Verli, acompanhados dos servidores Odival Quaresma Filho (diretor de secretaria) e Sérgio Scalabrin (supervisor da Seafi), participaram no dia 03 de julho de uma visita a um plano de manejo florestal localizado na Rodovia Santarém/Cuiabá, município de Belterra, vizinho ao município de Santarém/PA.

Participaram, ainda, da visita, e como organizadores do evento, o presidente da OAB – Subseção de Santarém –, Rodolfo Geller, bem como o conselheiro federal do órgão, Miguel Borghezian; os procuradores da República Gustavo Nogami e Ronaldo Bartolomazi e um servidor do órgão, Marcelo Volsi; além do engenheiro agrônomo do Ibama em Santarém José Ricardo Araújo Lima, entre outros participantes.

A visita teve por objetivo que se conhecesse de perto a floresta amazônica, bem como o funcionamento, na prática, de um plano de manejo florestal, onde se pôde perceber a viabilidade de exploração racional da floresta sem agressão ao meio ambiente e em harmonia com os residentes locais. Ao final, depois de servido um almoço aos participantes, a visita foi concluída com a exposição de um projeto, em andamento, de expansão do plano de manejo, em parceria com os colonos locais.

Vista da floresta dentro do plano de manejo



Foto: Sérgio Scalabrin

Uberlândia/MG

Estratégias para instalação de Juizado Especial Federal

Foi realizada, no dia 05 de agosto, no auditório “Juiz Jirair Aram Meguerian”, na Subseção Judiciária de Uberlândia, uma reunião com todos os juízes federais titulares e substitutos, diretores de secretaria e servidores da Subjudi, com o fim de esclarecer a atual situação da Subseção e as estratégias que estão sendo adotadas para a instalação de um juizado especial federal em Uberlândia. Na ocasião, o Juiz Coordenador, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, informou e esclareceu assuntos de grande destaque, solicitando a colaboração de todos para a boa prestação jurisdicional e a continuidade dos trabalhos tanto na Subjudi quanto no JEF.

Palestra

Foi proferida, no Auditório da Subseção Judiciária de Uberlândia, a palestra “Postura no trabalho e ergonomia - Orientações e Prevenção”, no dia 15 de julho, pelo fisioterapeuta Rivair Bérnago. A iniciativa foi da Coordenação do PGQVT em Uberlândia, o qual tem procurado sempre deixar informados os servidores, juízes e público que frequenta a Subseção Judiciária, por meio, sobretudo, de cartazes anexados na entrada dos elevadores, sobre assuntos e dicas inerentes à qualidade de vida, saúde e curiosidades em geral. Para o mês de agosto, o PGQVT está organizando um curso individual (20 minutos para cada pessoa) de maquiagem, para as servidoras, a ser dado por O Boticário, bem como uma palestra com uma instituição de ensino de São Paulo.



Controlar a raiva Trabalho de Hércules

Foi a briga entre a Maria Clara e a Laura, duas personagens de novela, que me fez pensar sobre a raiva. No dia seguinte ao da transmissão do episódio em que as duas brigaram, escutei várias vezes pessoas comentando: “Você viu a surra que a Maria Clara deu na Laura?”.

Será que o motivo de tal comção seria o fato de que muitas pessoas em algum momento já tiveram vontade de dar uma surra como aquela em alguém?

É comum vermos pessoas nervosas, perdendo o controle e dando um “piti” nos mais diversos lugares – na fila do banco, no trânsito, nos restaurantes, no trabalho, na escola e na privacidade do lar. Como controlar a raiva e evitar o vexame e a culpa depois que o caldo já entornou?

Muitos psicólogos usam a história de Hércules para ilustrar o que ocorre nessa luta. O guerreiro tinha uma força prodigiosa e também um gênio explosivo e destruidor. Num dos seus acessos de raiva, Hércules, enfurecido, matou a mulher e os filhos. Foi então condenado pelos deuses a realizar doze trabalhos difíceis.

O primeiro desses trabalhos foi a caçada ao Leão de Neméia. A fera amedrontava a população da vizinhança e não se podia fazer nada para matá-la, pois flechas, punhais e espadas não conseguiam penetrar a sua pele, que era invulnerável.

O leão morava numa gruta funda e escura. Ao aproximar-se, Hércules viu que espalhados pelo chão estavam pedaços de lanças e espadas de todos os tipos, quebrados pelo choque contra a pele indestrutível do animal. Hércules viu também os restos mortais de muitos guerreiros valorosos, que já tinham sido derrotados e devorados pelo monstro.

O herói aproximou-se da caverna e, quando o leão saiu e o atacou, Hércules não lutou contra ele, apenas abriu os braços e apertou-o tão fortemente que ele morreu sufocado. Hércules retirou a pele do leão e passou a usá-la em suas batalhas, como



proteção.

Como todas as histórias mitológicas, esta guarda um ensinamento. O leão representa as forças agressivas e as necessidades instintivas que todos temos dentro de nós. Essas forças não podem ser destruídas porque fazem parte da nossa constituição psíquica. Mas elas podem destruir-nos, se a gente não souber lidar com elas.

Por baixo de cada demonstração de raiva, de agressividade, existe o medo.

Uma mãe que tem raiva da filha que chega muito tarde em casa sem avisar onde estava. Será que essa mãe não teve medo de que a filha estivesse em perigo, se acidentasse, ou amassasse o carro justamente agora que ela está sem dinheiro?

Para controlar a raiva temos que identificar esse medo. Temos que fazer aquilo que Hércules fez com o leão – ir ao encontro dessas forças de braços abertos, reconhecendo-as como nossas. Se abraçarmos a raiva, entrando em contato com ela, podemos dominá-la usando nossa inteligência e nosso discernimento, colocando-a ao nosso favor, fazendo com que ela trabalhe para nós, como proteção, quando necessária.

Agora, se o “piti” já aconteceu, o jeito é mesmo pedir desculpas e procurar não perder a calma da próxima vez!

Daniella Meira Lima

Psicóloga do TRF-1ª Região e pós-graduada em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília.

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - Secbe
Quadro II
Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 30/06/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	13.732.020,00		13.732.020,00
2 - Creche	2.111.617,00		2.111.617,00
3 - Auxílio Transporte	288.917,00		288.917,00
4 - Programa Qualidade de Vida		60.098,12	60.098,12
Subtotal I	16.132.554,00	60.098,12	16.192.652,12
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	757.119,35	830.194,14	1.587.313,49
2 - Exames Laboratoriais	441.606,25	484.228,70	925.834,95
3 - Exames Radiológicos	406.300,17	445.514,99	851.815,16
4 - Internações	1.570.280,10	1.721.838,61	3.292.118,71
5 - Psicologia	253.307,14	277.755,55	531.062,69
6 - TFD	-	51.133,43	51.133,43
7 - Outras	1.090.005,28	1.195.209,17	2.285.214,45
Subtotal II	4.518.618,29	5.005.874,59	9.524.492,88
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	318.875,58	349.652,45	668.528,03
2 - Prótese Dentária	384.444,02	421.549,35	805.993,37
3 - Periodontia	91.347,49	100.164,06	191.511,55
4 - Radiologia	73.974,65	81.114,45	155.089,10
5 - Endodontia	51.558,09	56.534,32	108.092,41
6 - Outras	165.322,11	181.278,52	346.600,63
Subtotal III	1.085.521,94	1.190.293,15	2.275.815,09
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus	-	1.160.158,94	1.160.158,94
2 - Seguro de Vida	-	179.863,94	179.863,94
3 - Passagens e Hospedagem	-	42.222,76	42.222,76
4 - Outras	-	280.889,33	280.889,33
Subtotal IV	-	1.663.134,97	1.663.134,97
Total Geral	21.736.694,23	7.919.400,83	29.656.095,06

Fonte: Divaf e Secor

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia,

quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.



Bem-me-querer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

A longevidade está a dois passos...

Andar é essencial à saúde. O indivíduo fisicamente ativo melhora a auto-estima, previne doenças e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida.

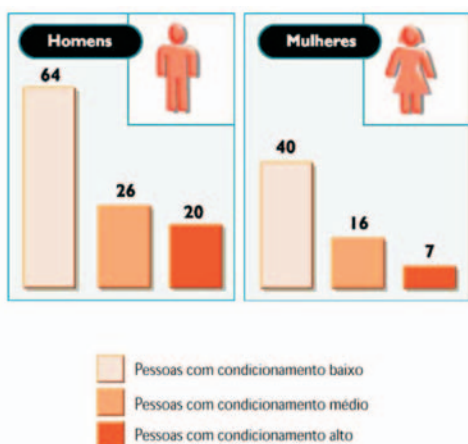
Não é à toa que muitos servidores do TRF-1ª Região aderiram à atividade física motivados pelo Clube da Caminhada, um projeto do PGQVT.

“A idéia principal do Clube da Caminhada é integrar os servidores e ao mesmo tempo fazer com que eles desfrutem dos benefícios que a caminhada proporciona”, afirma Maria Ângela Rocha, coordenadora do Clube da Caminhada.

O Exercício e a saúde

Um estudo realizado nos EUA (com 13.344 pessoas) constatou que exercícios físicos podem prolongar a vida. Os participantes foram divididos em grupos segundo o nível de condicionamento físico, variando dos menos condicionados (sedentários) aos mais bem preparados (atletas).

Número de mortes em cada grupo de 10.000 pessoas por ano:



Fonte: Estudo publicado por Steven N. Blair, PhD. do Institute for Aerobics Research

A caminhada ideal

Local: prefira terrenos planos. Subidas e descidas forçam as costas e os joelhos.

Horário: evite caminhar entre 10h e 16h, quando o sol está mais forte.

Frequência: de três a cinco vezes por semana, 30 minutos.

Roupas: devem ser leves, nem largas, nem apertadas demais e de cores claras.

Proteção: use filtro solar quando caminhar de dia.

Tênis: devem ser leves e acolchoados para amortecer o impacto dos calcanhares no chão.

Quem pode fazer

A caminhada é aconselhável para todas as pessoas, desde que haja o devido acompanhamento médico. As pessoas sedentárias, os que pretendem começar a praticar esportes e os fumantes podem ter muitos benefícios com o exercício.

Alguns alongamentos que irão preparar o corpo para atividades físicas:



Inclinar o tronco para frente até sentir tensão. Manter essa posição por 10 segundos. Repetir três vezes em cada perna.

Forçar a flexão até sentir tensão. Manter essa posição por 10 segundos. Repetir 3 vezes em cada perna.

Dobre o braço ligado ao ombro afetado sobre a cabeça, puxe o punho com a mão e incline levemente o corpo na direção em que está puxando.



Cruze os dedos atrás das costas e, lentamente, erga os braços, com os cotovelos retos. Mantenha por alguns segundos.

Incline o corpo para frente, puxe a perna e mantenha durante 30 segundos. Repetir três vezes em cada perna.

Afastar uma das pernas para trás até sentir tensão. Manter esta posição por 10 segundos. Repetir três vezes em cada perna.

Interessados em fazer parte do Clube da Caminhada devem entrar em contato com Ângela, pelo ramal 486.

Dicas Culturais

CD: VAIDADE

Artista: Djavan

Gênero: MPB

Gravadora: Luanda Records



Sinopse:

Depois de 25 anos de carreira, Djavan decreta sua independência musical e lança Vaidade, um álbum de inéditas inteiramente produzido pela gravadora do cantor, a Luanda Records. O disco mostra o lado genial, criativo e poético do cantor e compositor que já teve suas canções gravadas por artistas de peso, como Caetano Veloso, Nana Caymmi, Maria Bethânia e Roberto Carlos. Em 2000, Djavan ganhou o Grammy latino pela música "Acelerou".

Sua mais nova canção de destaque é "Se Acontecer", incluída no rico repertório de Vaidade.

Vídeo e DVD: The Central Park Concert – Duplo

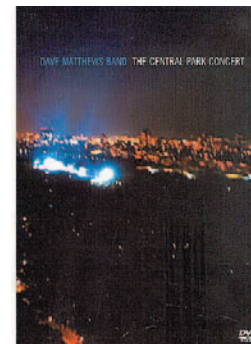
Banda: Dave Matthews Band

Gravadora: BMG

Sinopse:

O DVD duplo traz Dave Matthews Band em um incrível concerto no Central Park, em Nova Iorque. A banda apresenta canções de sucesso como *Don't Drink The Water*, *Too Much* e *Ants Marching*. Outras músicas, que não são tão conhecidas, fazem parte do megashow. Um exemplo delas é *Help Myself*. Como se isso não bastasse, o grupo ainda traz performances *cover*, como *Cortez The Killer*, do Neil Young.

Uma obra repleta de energia que não pode faltar na sua coleção.



Endereço <http://www.animamundi.com.br>

Site: www.animamundiweb.com.br

A dica de diversão é a página do AnimamundiWeb. O site é brasileiro, e você pode assistir a coisas lindas, líricas ou bem engraçadas e votar na melhor. Gente do mundo inteiro manda os seus trabalhos. O Animamundi chegou aos cinemas em julho. Passou pelo Rio de Janeiro e São Paulo. Agora é a vez de Brasília receber o Festival Animamundi 2004.



Livro: 13 dos melhores contos da mitologia da literatura universal

Autor: Flávio Moreira da Costa

Editora: Ediouro



Sinopse:

Você irá sentir-se no Olimpo quando ler este livro. A obra "13 dos melhores contos da Mitologia" traz histórias onde musas, reis, demônios, monstros e os grandes heróis, seres humanos mortais que os enfrentam, são personagens desses contos. Constam aqui não somente lendas da Antiguidade, mas da Modernidade também, que irão deixar maravilhado a quem ler o terceiro volume desta coleção. O

livro foi organizado pelo escritor Flávio Moreira da Costa e inclui contos como "O Diário de Adão e Eva", de Mark Twain, e outros contos, inclusive brasileiros, como os de Machado de Assis e Coelho Netto.

Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

Algumas palavras, com o passar do tempo, porque nomeiam objetos há vários anos obsoletos ou extintos ou ainda porque existem outras palavras que as substituem com facilidade, são desconhecidas por maioria dos falantes e acabam não sendo empregadas pelos que as conhecem justamente por esse motivo; simplesmente, caem em desuso. Outras, por serem de extrema utilidade na língua, na falta de expressão melhor para transmitir determinado pensamento, ganham, de forma a conservar-se uma correlação, muitos outros sentidos. Não podemos jamais dizer, por isso, que uma palavra foi usada erroneamente porque na origem o seu sentido era outro. Nossa língua seria demasiadamente pobre se as palavras apenas pudessem ser empregadas em seu sentido primitivo.

Marque a frase em que apenas se utilizou o sentido de origem das palavras:

- Após o sacrifício, olhou as entranhas da vítima.
- Aquele grande homem media apenas um metro e meio.
- Finalmente surgiu uma luz em sua mente.
- Você foi vítima de mentiras.
- Perdeu a hora do embarque no aeroporto.

Citação e Intimação
por e-mail

Marcação automática
de audiências

Eliminação do papel



Consulta do processo
pela Internet
(www.trfi.gov.br)

Assinatura digital

JUIZADO VIRTUAL

Mais agilidade no julgamento das ações!

Informações, na Coordenadoria dos Julzados Especiais Federais, pelo telefone (61) 314-5760.